



**Universidade de Brasília - UnB**

**Faculdade de Ciência da Informação - FCI**

**Curso de Graduação em Biblioteconomia**

**Pequena Trajetória da Biblioteca Pública no Brasil**

Ludmylla Matsuura Corrêa

Brasília

2015

Ludmylla Matsuura Corrêa

## **Pequena Trajetória da Biblioteca Pública no Brasil**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito básico para a conclusão do curso de Biblioteconomia.

Orientadora:

Dulce Maria Baptista

Brasília

2015

## AGRADECIMENTOS

Aos mestres e professores que ao longo da minha trajetória de aprendizado me ensinaram e compartilharam seus conhecimentos e experiências, em especial à Prof<sup>ª</sup>. Dra. Dulce Maria Baptista pelas orientações, ensinamentos, conversas e pela imensa cordialidade.

## RESUMO

Este trabalho mostra o surgimento da biblioteca pública no Brasil, como se deu sua criação e desenvolvimento ao longo dos anos e sua realidade nos tempos da modernidade e da internet. Apresenta os principais dados do primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais realizado em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas, no qual se realizou um grande levantamento a respeito do perfil das bibliotecas públicas do Brasil, seus principais problemas, com estatísticas de empréstimos e de frequentadores. Apresenta análise de dados realizada a partir da descrição de uma amostra de dez bibliotecas públicas brasileiras, escolhidas aleatoriamente, apresentando seus principais serviços e atividades. Propõe melhorias e possíveis mudanças para que as bibliotecas públicas possam aperfeiçoar suas atividades e aborda a grande importância que estas têm no desenvolvimento humano e social, ressaltando que, como grande provedora de acesso a informação, cultura e lazer, a biblioteca deve ser tratada como uma das mais importantes instituições do país.

Palavras chave: Biblioteca pública. Biblioteca. História da biblioteca.

## ABSTRACT

This work shows the emergence of the public library in Brazil, its creation and development along the years and its reality in times of modernity and internet. It presents the main data from the first National Census of Municipal Public Libraries conducted in 2010 by the Getúlio Vargas Foundation , with a broad survey about the profile of public libraries in Brazil , their main problems , with statistics on users' frequency and book lending. Performs data analysis through the description of a sample of ten Brazilian public libraries, randomly selected, with their main services and activities. Proposes improvements and possible changes in the activities of public libraries. Such libraries are greatly important in human and social development, having in view their role of major providers of public access to information, culture and leisure. Being so, libraries should be regarded among the most important of the country's institutions.

Key words: Public libraries. Libraries. History of libraries.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE .....	44
FIGURA 2: BIBLIOTECA DE SÃO PAULO .....	47
FIGURA 3: BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE .....	49
FIGURA 4: BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA .....	53
FIGURA 5: BIBLIOTECA PÚBLICA DO AMAZONAS .....	55
FIGURA 6: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ .....	57
FIGURA 7: BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL .....	59
FIGURA 8: BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ...	61
FIGURA 9: BIBLIOTECA ESTADUAL ESCRITOR PIO VARGAS .....	63
FIGURA 10: BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL ESTEVÃO MENDONÇA .....	65

## SUMÁRIO

1	Introdução.....	8
1.1	Problema.....	8
2	Justificativa.....	9
3	Objetivos.....	10
3.1	Objetivo Geral.....	10
3.2	Objetivos Específicos.....	10
4	Revisão de literatura.....	11
4.2	Biblioteca Pública no Brasil.....	15
5	Metodologia.....	27
5.	Biblioteca Pública do Amazonas – Amazonas.....	55
6.	Biblioteca Pública do Paraná – Paraná.....	57
7.	Biblioteca Parque Estadual – Rio de Janeiro.....	59
8.	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul.....	61
9.	Biblioteca Estadual Escritor Pío Vargas – Goiás.....	63
10.	Biblioteca Pública Estadual Estevão Mendonça – Mato Grosso.....	65
6	Descrição e análise de dados.....	67
7	Considerações Finais.....	70
8	Referências.....	72

## **1 Introdução**

A biblioteca é um importante espaço para a preservação, disseminação e produção do conhecimento, e ao utilizar seus serviços e produtos, as pessoas podem ampliar, trocar e gerar informações.

Em seus primórdios, a biblioteca funcionava como um local para guardar os registros da produção intelectual do homem, mas no decorrer do tempo, seu uso foi sendo modificado e melhorado, resultando em um importante local de aprendizado, cultura, lazer e pesquisa.

Conforme ocorreu em boa parte do mundo, tal evolução incluiu o surgimento das bibliotecas públicas, como um local onde todos – e não mais somente as classes privilegiadas - teriam acesso aos livros, e portanto, à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, em alguns países essa evolução foi maior que em outros, possivelmente como um reflexo dos padrões de evolução de cada país como um todo, e particularmente nas áreas de educação e cultura.

Estudar a história da biblioteca pública no Brasil mostra-se importante, pois conforme a pouca prioridade que ela tem recebido, em termos de políticas públicas, ela é pouco valorizada no país e subutilizada, funcionando como uma espécie de ‘depósito’ de livros. Percebe-se que é preciso mudar a visão que muitos ainda possuem da biblioteca e despertar a sociedade para a importância que a biblioteca tem, pois mesmo com toda a tecnologia atual de acesso à internet, sua existência é fundamental para que o conhecimento e a informação sejam produzidos e disseminados.

### **1.1 Problema**

Embora bastante relevante, a temática da biblioteca pública não é satisfatoriamente abordada no curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília.



## **2 Justificativa**

Escolheu-se estudar a história da biblioteca pública no Brasil pelo interesse no aprofundamento do assunto e pelo mesmo ser pouco abordado no decorrer do curso de graduação em Biblioteconomia. Por ser uma importante instituição para a sociedade, a biblioteca no Brasil deveria ser tratada com mais atenção, receber maiores investimentos em termos de capital humano e financeiro, pois sua função é fundamental no desenvolvimento não só do cidadão, mas do país em seu todo.

Espera-se contribuir com as pesquisas realizadas sobre este tema, a uma maior valorização das bibliotecas e ao entendimento de como elas podem colaborar de forma positiva e inclusiva na formação das pessoas.

### **3 Objetivos**

#### 3.1 Objetivo Geral

Traçar um panorama da biblioteca pública no Brasil.

#### 3.2 Objetivos Específicos

Realizar estudo cronológico acerca da biblioteca pública no Brasil.

Realizar um levantamento de algumas das principais bibliotecas públicas no Brasil.

## 4 Revisão de literatura

Sem pretender realizar uma revisão de literatura exaustiva, no intuito de contextualizar a temática da pesquisa, são apresentados a seguir dois tópicos: Biblioteca e biblioteca pública; Biblioteca pública no Brasil.

### 4.1 Biblioteca e Biblioteca Pública

Comumente, grande parte das pessoas percebe a biblioteca como um local apenas para guardar livros e para estudar. Em tempos antigos, a biblioteca era usada para armazenar o material intelectual produzido pelo homem, para que este depois pudesse ser consultado. Pode-se dizer que esta ação é instintiva, uma vez que naturalmente, o ser humano procura sempre ter à mão a informação que acredita ser necessária ao desempenho de suas atividades e ao seu conhecimento.

Com o passar dos anos, a atividade intelectual foi evoluindo, tornando-se mais aprimorada – atendendo novas necessidades e curiosidades - bem como os suportes utilizados para registrar o que era produzido. Materiais como argila, couro de animais, papiros e tecidos deram lugar ao papel, e posteriormente o trabalho dos copistas foi substituído pela tipografia. Estas mudanças geraram a popularização do documento impresso, e sua conseqüente proliferação. Já, no início do século XX uma explosão da informação, causando certo problema, pois tornou-se necessário não só armazenar, mas organizar e classificar todo esse trabalho intelectual. Se no início, a biblioteca era apenas um local para guardar livros e consultá-los, devido às mudanças apontadas, o papel e o conceito de biblioteca mudaram, tornando-se esta essencial para a organização e disseminação da informação.

A palavra biblioteca vem do grego ‘bibliotheca’, onde ‘biblio’ quer dizer livro e ‘theke’, significa estojó, divisão onde eram acondicionados, armazenados os pergaminhos ou papiros (LEMOS, 1998). Partindo da etimologia da palavra, a definição de biblioteca, num primeiro momento, estava associada a um local para guardar ou

armazenar o ‘conhecimento’ – melhor dizendo, o suporte utilizado para registrar as informações elaboradas – o que era produzido e que posteriormente, poderia ser consultado.

Gradualmente, o conceito de biblioteca foi mudando, atendendo a realidade de uma sociedade dinâmica e global, onde a produção da informação tem ultrapassado fronteiras gerando redes que ligam pessoas e unidades de informação. Nota-se que nesse contexto, o papel da biblioteca tem sido primordial para que as informações produzidas cheguem às pessoas, sejam estudantes, pesquisadores ou cidadãos comuns. A biblioteca deixa gradualmente de ser apenas um local utilizado para armazenar livros, e começa ter papel significativo na sociedade da informação.

Nesse novo cenário, num primeiro momento tinha-se o conceito de biblioteca como um conjunto de coleções de livros, ordenados de maneira que poderiam ser conservados e guardados, facilitando sua leitura e consulta (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995). Cunha e Cavalcanti, ao desenvolverem o importante *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, nos deram a seguinte definição de biblioteca, que já é mais abrangente, contemplando as características da sociedade da informação:

biblioteca *library* 1. Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo ou pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão ‘material manuscrito ou impresso’. 2. “Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os serviços de informação, que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros’ (ICNB, p. vii). 3. Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias. 4. INF nome que designa: a) um conjunto de arquivos; b) um conjunto de programas, rotinas e subprogramas, já testados, que podem ser utilizados no processamento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48-49).

Uma biblioteca é uma unidade informacional, onde em seu acervo, encontra-se qualquer conjunto de coleções – como livros, revistas, filmes, mapas, material gráfico,

audiovisual, dentre outros – que podem ser consultados ou tomados de empréstimo pelos seus usuários. Milanesi (2002), trata a ‘biblioteca’ como uma localidade, um recinto aberto e livre para que todos aqueles que queiram obter conhecimento ou estudos tenham acesso ilimitado a estes. E dentre os tipos de bibliotecas existentes hoje, temos como objeto desse estudo, a biblioteca pública.

Tem-se como biblioteca pública, além da definição já citada de biblioteca, aquela que possui a característica de ser acessível para todos, sem restrições, onde a comunidade à qual atende, no caso o público em geral, pode usufruir de seus serviços e acervo. Além de um espaço para consultas a todo tipo de publicação, a biblioteca pública proporciona um espaço para leitura, lazer e convivência social. A biblioteca pública é “a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52).

Conceitualmente, uma biblioteca pública se fundamenta no acesso às suas coleções, sem distinção, onde todos podem frequentar e usufruir de suas instalações e acervo. Além disso, uma biblioteca pública deve ofertar todo tipo de obra que seja importante para seu público alvo, assim como publicações oficiais, fornecer noções básicas sobre a organização do governo e serviços públicos. O espaço da biblioteca pública deve propiciar às pessoas um ambiente de convivência, um local para que os cidadãos se encontrem, troquem ideias, leiam, estudem, colaborem uns com os outros e envolvam-se em atividades de lazer e cultura.

As principais características de uma biblioteca pública são: ser voltada para o público em geral, diferente dos outros tipos de bibliotecas, que tem como alvo um público específico; é ter em seu acervo, todo tipo de material, não limitando-se a um assunto somente; ser subsidiada pelo governo, tanto nas esferas federal, estadual ou municipal. Por fim, a biblioteca pública não pode ser confundida com uma biblioteca comunitária ou popular, pois esta emerge da comunidade, sendo conduzida pela mesma, sendo o atendimento realizado por voluntários. Além das características citadas de biblioteca pública, é preciso destacar algumas de suas principais funções. Sendo uma das principais instituições promotoras do acesso democrático à informação, ela cria condições para gerar reflexões e conhecimento. Por meio do estímulo à leitura, a biblioteca pública propicia auxílio para a formação e educação das pessoas em qualquer

nível, sendo uma ferramenta importante para o crescimento individual e modificação social. Outra importante função é proporcionar o acesso às tecnologias da informação e a cultura, enfatizando a cultura local e nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

A biblioteca pública, em sua essência, é gratuita e está a cargo do Estado, custeada pelo governo local ou nacional, devendo ser respaldada por legislação específica e possuir estratégias de longo prazo para a cultura, conhecimento e educação. A missão da biblioteca pública deve estar presente na estrutura dos seus serviços e deve contribuir ativamente para a formação social, cognitiva e econômica das pessoas. Dentre as missões da biblioteca pública, podem ser destacadas as seguintes:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;
5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 22).

Vale ressaltar que a biblioteca pública deve priorizar o acesso à informação, de forma livre a todos, inclusive para as minorias, e que o público que a utiliza deve encontrar o material adequado às suas demandas, não havendo nenhum tipo de restrição social, étnica, religiosa ou econômica, e para os usuários com algum tipo de

incapacidade ou limitação, é necessário que a biblioteca ofereça serviços e materiais adequados. Quanto ao acervo, é recomendável que seja atualizado, refletindo o contexto social onde está inserida, acompanhando as mudanças sociais, políticas, tecnológicas e econômicas, observando que tanto os serviços quanto a coleção da instituição não devem ser objeto de nenhum tipo de censura. A biblioteca pública é fruto da democracia, onde todos os envolvidos devem estar voltados à coletividade, realizando serviços da melhor maneira, diminuindo a burocracia e aumentando a eficiência e a eficácia.

## **4.2 Biblioteca Pública no Brasil**

Extremamente importante para a formação do cidadão, a biblioteca é um dos principais instrumentos para que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, informação e lazer. Figuras relevantes na sociedade, entidades internacionais, governantes, educadores, dentre outros, afirmam a grande importância da biblioteca como uma das principais instituições transformadoras do indivíduo e enfatizam o dever que o Estado possui em proporcionar esse serviço para a coletividade.

As bibliotecas no Brasil, em geral, estiveram desde o início ligadas à escola, uma de nossas heranças históricas, pois no processo de colonização pelo qual o país passou, as ordens religiosas promoviam a disseminação da religião através das bibliotecas que montaram nos mosteiros. “A biblioteca particular, com os livros selecionados acessados somente pela elite da sociedade, transforma-se na biblioteca pública” (LINDOSO, 2004, p. 133). Com o decorrer do tempo e com a criação de escolas públicas, a responsabilidade pelas bibliotecas passou a ser governamental, ou seja, do poder público (MILANESI, 1983).

Uma das principais razões que levam as pessoas a usufruírem dos serviços da biblioteca pública, é a pesquisa escolar (SILVA, 2013). Até algumas décadas atrás, a biblioteca pública propiciava suporte aos estudantes que não possuíam livros necessários à sua formação escolar. Nota-se que grande parte das escolas públicas brasileiras não possuem boas bibliotecas, capazes de prover aos seus estudantes a oferta

e o acesso às informações necessárias para que tenham um desenvolvimento escolar adequado, promovendo bases para a sua carreira profissional e acadêmica. Por esse e outros fatores, há algum tempo atrás, mais precisamente no início da década de 1970, por falta de material necessário para realizar as pesquisas escolares – seja por não encontrarem no acervo da biblioteca da escola onde estudavam ou por não terem condições de adquiri-los – muitos estudantes recorriam às bibliotecas públicas. Quando a família do aluno possuía condições econômicas, acabava adquirindo os livros que seriam necessários aos seus estudos, pois muitas vezes o material necessário não era encontrado nas bibliotecas públicas (MILANESI, 1983).

Materiais de estudos e pesquisas dos alunos que frequentam as bibliotecas públicas, em grande parte dos casos, são restringidos a cópias de partes de textos de livros ou enciclopédias, e ainda assim, não há uma preparação por parte da biblioteca pública em orientar o aluno. É recomendável que os três agentes das pesquisas escolares – professor, aluno e biblioteca – atuem conjuntamente, onde o professor ao solicitar uma pesquisa oriente seus alunos de forma clara, objetiva e direta, e a biblioteca ofereça um material mais específico, menos genérico e superficial – evitando que os alunos adotem a estratégia da cópia – e os estudantes, nesse contexto, estabeleçam estratégias e concluam de forma mais eficaz seus trabalhos (SILVA, 2013).

Tanto a sociedade quanto os governantes brasileiros não valorizam a biblioteca como deveriam. Grande parte das pessoas não considera seus serviços e funções como essenciais, e conseqüentemente a demanda por sua criação perde força. O papel que o livro exerce na transmissão do conhecimento é imensurável, pois mesmo com todo o aparato tecnológico – que propicia novos suportes de informação – ele continua sendo o principal propagador do conhecimento humano, seja em sua forma impressa ou eletrônica.

Observa-se que o valor que a biblioteca tem não surge de maneira voluntária nas pessoas, sendo preciso realizar um trabalho longo de conscientização através da valorização do estudo, o que depende de investimento, em grande parte, público. É necessário que a educação esteja ao alcance de todos, para que a visão em relação a importância das bibliotecas seja melhorada, pois de nada adianta destacar o seu valor se um trabalho sério e comprometido para a sua fundação e manutenção não for realizado e



as pessoas não a utilizarem para aprofundar seus conhecimentos e, com isso, mudar sua visão de mundo, da sociedade, e do seu país.

Ao transferir-se a responsabilidade da fundação e gestão das bibliotecas para a esfera pública, houve a criação de bibliotecas públicas no âmbito federal, estadual e municipal. Entretanto, nem todas aquelas que foram fundadas podem ser consideradas bibliotecas, pois algumas além de não cumprirem as funções que são atribuídas às bibliotecas também não se encaixam no conceito de biblioteca pública.

Como um serviço público, mantido com dinheiro público, a biblioteca pública precisa atender a todas as parcelas da sociedade e seus serviços precisam estar acessíveis aos usuários, sendo interessante que suas instalações físicas sejam bem localizadas e seus horários e dias de funcionamento ampliados, para que os trabalhadores em geral possam usufruir da biblioteca em outro turno que não coincida com o horário de trabalho. É preciso observar que uma biblioteca com instalações precárias, um acervo desatualizado e mal cuidado e com uma mão de obra desqualificada será pouco atraente para o público, o qual, conseqüentemente, não irá procurar por seus serviços (SILVA, 2013).

A biblioteca pública necessita de um reforço da coletividade, pois ela é um bem que será utilizado por todos, e como ente que vislumbra a democratização da leitura, para o seu crescimento é preciso que os cidadãos tenham consciência da realidade e dos problemas que vivem, uma vez que a organização da biblioteca sofrerá variações a partir desse contexto.

No decorrer dos anos, o tipo de suporte utilizado para registrar a informação foi mudando e atualmente, ao lado dos livros – e outros materiais tradicionais – temos as novas mídias e tecnologias que estão sendo utilizadas para registrar e disseminar a informação. Hoje, temos bibliotecas digitais e bases de dados abertas ao público, que podem ser acessadas de maneira mais ágil e em qualquer lugar, desde que o usuário possua ou tenha acesso aos equipamentos e programas necessários para obter a informação que procura. Ao lado dos novos tipos de suportes e da biblioteca digital, temos a internet, que revolucionou o acesso das pessoas à informação, pois além de proporcionar mais independência ao usuário, ela se tornou mais uma fonte de informação.

Esse novo cenário surge para agregar qualidade, agilidade e facilidade àqueles que necessitam material bibliográfico, pois possibilita o acesso as informações oriundas de outras localidades mais distantes ou de outros países, sem que seja necessário deslocar-se até a biblioteca ou centro informacional que tenha o material procurado, além de alcançar um maior número de pessoas.

É preciso que a biblioteca pública se adapte a essas mudanças, assessorando as pessoas – a comunidade em geral – frente a essa nova realidade em que as novas tecnologias proporcionam rapidez e facilidade de acesso à informação e, através da informação digitalizada, permitir que um número maior de pessoas alcance a informação de que necessita (SILVA, 2013).

Uma das medidas que o governo brasileiro tem realizado para amenizar as falhas que essas mudanças têm causado é o incentivo à instalação de Telecentros Comunitários em espaços públicos ou em bibliotecas públicas. Esses telecentros são mantidos pelo Ministério das Comunicações, não possuem fins lucrativos e o acesso é público e gratuito. Os computadores são ligados a internet, podendo ser utilizados para vários fins, as unidades podem contar com o apoio de monitores preparados, e o foco deste projeto é desenvolver social e economicamente a população atendida, através de cursos e atividades, sendo também um local para cultura, entretenimento e encontro das pessoas. Por todo o Brasil, há aproximadamente 7.755 telecentros (dados do ano de 2014), instalados por meio de uma cooperação entre ministérios, prefeituras e entidades, e a manutenção dos espaços destinados aos telecentros são de responsabilidade dessas instituições (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014).

Essas ações propiciam benefícios para a população, porém observa-se que instalar laboratórios de informática e disponibilizar tecnologias de nada servirá se não houver o devido treinamento quanto à sua utilização. É preciso saber utilizar esses aparatos tecnológicos, a fim de atender as demandas dos usuários e auxiliar na tomada de decisão na solução de problemas. É importante notar, que um fator que está causando uma diminuição na frequência à biblioteca pública é a mudança na maneira como os estudantes no Brasil estão fazendo suas pesquisas escolares. Muitos estão recorrendo à internet e aos recursos que ela disponibiliza. O grande problema, como já citado, é a falta de estrutura das bibliotecas públicas para atender esses usuários, uma vez que

grande parte das bibliotecas brasileiras – apesar de projetos, como o Telecentro Comunitário – não tem laboratórios ou computadores ligados à internet.

Vale ressaltar, que com uso das novas tecnologias, temos bibliotecas digitais e bibliotecas com acervo digital, além do acervo impresso. Esse novo modelo de biblioteca permite que um número maior de pessoas consiga acessar a informação de uma maneira mais fácil, ampla e igualitária. A questão do acervo nas bibliotecas públicas é muito importante, pois de acordo com pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura em 2010 – o primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais – por volta de 83% do acervo das bibliotecas públicas são formadas por doações, um resultado preocupante, uma vez que demonstra a falta do planejamento bibliotecário que contemple a formação e o desenvolvimento de um acervo que atenda as necessidades e demandas dos usuários (SILVA, 2013).

O material que compõe o acervo de uma biblioteca deve ser significativo para seus usuários, pois estes irão frequentar somente o local que atenda aos seus interesses. É interessante mencionar, que em muitos casos, as compras de materiais feitas pelo governo federal brasileiro – mais precisamente de livros – e que farão parte do acervo de uma biblioteca pública no Brasil, segundo Lindoso (2004, p. 136), são feitas por comissões que além de estarem afastadas das necessidades dos frequentadores das bibliotecas, não permitem que os dirigentes e os usuários das mesmas tenham um papel ativo e direto no que deverá ser adquirido para compor o acervo.

No que tange a formação e desenvolvimento de acervo, é significativo que exista uma verba fixa destinada para o gerenciamento das bibliotecas, bem como uma equipe preparada para exercer as atividades voltadas para o material que irá compor o acervo. A parte financeira que se destinaria para a administração das bibliotecas deve atender também programas de leitura, a assinatura de bases de dados, periódicos, atividades culturais e a compra de livros (SILVA, 2013).

Em 2010, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Ministério da Cultura, realizou o primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais. Os resultados da pesquisa constataram os graves problemas que atingem as bibliotecas públicas brasileiras, mas servem para que o governo possa estabelecer políticas públicas para o desenvolvimento, valorização e melhoria dessas bibliotecas. Ao todo, foram

pesquisados 5.565 municípios, e na época, mais precisamente em 2009, o Brasil tinha 4.763 bibliotecas públicas localizadas em 4.413 municípios. A região onde há um maior número municípios com bibliotecas públicas é a região Sudeste, com 92%, seguida pela região Sul, com 89%, a Centro-Oeste, com 81%, a Norte com 66% e o Nordeste com 64% (SILVA, 2013).

Ainda segundo os resultados da pesquisa, dentre as bibliotecas analisadas, 45% possuem computadores com acesso a internet, 88% não oferecem atividades de extensão (como oficinas literárias, por exemplo), 83% do acervo é formado por doações, e em média, os usuários vão à biblioteca 1,9 vez por semana. As principais pesquisas feitas pelos frequentadores dessas bibliotecas são pesquisas escolares, com 65%, seguidas das pesquisas em geral, com 26%, e 8% são pesquisas voltadas para o lazer. Geografia e História são os principais assuntos pesquisados, com 82%, seguido de Literatura, com 78% e consultas em enciclopédias e dicionários, com 73%. O funcionamento de grande parte das bibliotecas, 99%, é de segunda a sexta-feira, durante o dia, 12% funcionam aos sábados, 1% aos domingos e 24% abrem durante a noite. Das bibliotecas pesquisadas, 84% são dirigidas por mulheres e nacionalmente, a média de empréstimos é de 296 livros por mês (SILVA, 2013).

O Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, feito em 2010, foi o primeiro passo para que se conhecesse mais profundamente o perfil e a realidade das bibliotecas públicas brasileiras – apesar de que vários dos problemas apresentados pela pesquisa já haviam sido detectados, mas estes ainda persistem, o que mostra a precariedade do setor, embora investimentos governamentais tenham sido realizados – e com as informações apresentadas, o governo seja nos níveis federal, estadual e municipal, pode elaborar políticas públicas, melhorando os serviços prestados e valorizando as bibliotecas públicas (SILVA, 2013).

É importante mencionar que uma política é o somatório de várias medidas para que um determinado fim seja alcançado, o que inclui a explicação do que se deseja alcançar, em um tempo definido e com os recursos necessários. “As políticas orientam para a tomada de decisão por serem expressas em objetivos para guiar a ação, permitem que as pessoas da instituição, de diversos setores, tenham ações semelhantes diante de problemas parecidos” (PEREIRA, 2011, p. 30). Política pública diz respeito a uma série de atitudes e métodos que objetivam uma solução apaziguadora de conflitos quanto ao

destino de bens e recursos públicos (MATIAS-PEREIRA, 2008). Já Bucci (2002, p. 241) considera que “políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados”.

Nota-se que uma política pública, voltada para a biblioteca pública, é uma política de inclusão e de renda, visto que quando há a disseminação da informação melhora-se a formação intelectual das pessoas, o que pode gerar um pensamento mais crítico, fazendo com que os cidadãos tenham mais consciência do seu papel na sociedade, tanto profissionalmente – o acesso à informação concede uma melhor formação profissional, haja vista o aprimoramento do conhecimento técnico acerca de uma atividade ou profissão – como individualmente.

As primeiras providências tomadas pelo Ministério da Cultura, após os resultados da pesquisa, foram a instituição/reintrodução de bibliotecas públicas em 420 municípios, onde houve a distribuição de livros para compor o acervo, além de equipamentos e mobílias, através da Fundação Biblioteca Nacional e de recursos do Programa Mais Cultura. Outro ponto, é o Projeto de Lei 3.727/12 que propõe uma biblioteca em cada município do Brasil, sendo que o acervo de cada uma dessas bibliotecas, deverá conter um título para cada habitante do município (SILVA, 2013).

De acordo com dados do IBGE, o Brasil tem, atualmente, 5.561 municípios. A última atualização feita pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas foi realizada em abril de 2015 e detectou que são 6.102 bibliotecas públicas em todas as esferas governamentais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Para tentar melhorar a situação das bibliotecas públicas no Brasil, o governo tem adotado políticas públicas e programas de ações visando minimizar os problemas que atrapalham o funcionamento e a prestação dos serviços das bibliotecas. Programas como o Programa Mais Cultura, Programa Livro Aberto, Biblioteca Mais Cultura e o projeto Mais Bibliotecas tem promovido a edificação, o estabelecimento e a modernização de bibliotecas públicas. O Programa Mais Cultura surgiu em 2007 e trata a cultura como um bem essencial, ao qual todo cidadão brasileiro possui direito, e objetiva melhorar a qualidade de vida através da proteção e promoção da diversidade e o acesso aos bens e serviços culturais. Dentro do Programa Mais Cultura, tem-se o Biblioteca Mais Cultura,

em que o foco é fazer com que as bibliotecas se tornem centros culturais, tentar alcançar a meta de instalar bibliotecas em todos os municípios brasileiros e modernizar as que estão em funcionamento (SILVA, 2013).

O programa Mais Bibliotecas é um projeto que busca apoiar a instalação e qualificação de bibliotecas públicas. Os principais objetivos são: reduzir o número de municípios sem bibliotecas, chamar a atenção dos gestores públicos sobre o valor das bibliotecas para o crescimento dos municípios, propor a articulação de vários agentes em prol de iniciativas para implantar e qualificar bibliotecas públicas, e buscar o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas. As principais metas deste projeto é dispor de dados válidos e atuais sobre bibliotecas, realizar reuniões com a sociedade civil e gestores, com o intuito de promover mobilizações locais, produzir material de apoio para o Sistema Nacional de Bibliotecas e gestores, e estabelecer critérios para a certificação de Bibliotecas Públicas (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014).

O Programa Livro Aberto, promoveu uma grande iniciativa em prol do aumento do número de bibliotecas públicas no Brasil, bem como a modernização das que já existiam. Entre 2004 e 2011, época de duração do programa, 1.705 bibliotecas foram criadas e 682 foram modernizadas. Para que isso fosse realizado, foi feito um contrato de comodato entre a Fundação Biblioteca Nacional e a prefeitura beneficiada, para que fosse garantida a entrega do equipamento tecnológico, mobiliário e acervo (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2015).

Um dos maiores desafios governamentais na atualidade é fazer com que o Brasil se torne um país de leitores, onde o tripé escolas, bibliotecas e família podem – e devem – atuar conjuntamente para transformar nossa sociedade em uma sociedade de leitores (SILVA, 2013). Porém, nosso país apresenta escolas mal cuidadas, professores estafados e mal remunerados, bibliotecas sucateadas, falta de espaços culturais, livros caros e – um dos pontos mais graves – pais descompromissados com a formação intelectual e ética dos filhos. Infelizmente, as dificuldades são muitas, pois como promover a leitura numa sociedade que não valoriza a biblioteca, nem a escola e a família não se encontra presente na formação moral e na educação formal dos filhos?

Para tentar minimizar os efeitos negativos que essa desvalorização da educação e da biblioteca tem causado na nossa sociedade, o governo federal criou políticas públicas para proporcionar o acesso democrático do livro e da leitura em toda a sociedade brasileira. O Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL – foi criado em 2005, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, e os principais pontos de ação do plano são a “democratização do acesso ao livro, formação de mediadores para o incentivo à leitura, valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico e o desenvolvimento da economia do livro” (SILVA, 2013, p. 33).

Outro programa de incentivo e fomento da educação e cultura é o PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura, que atua no Brasil desde 1992, sendo um projeto de reconhecimento social da leitura e da escrita, e está filiado à Fundação Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura. O PROLER por meio dos seus Comitês empenha-se com a democratização do acesso à leitura (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

A biblioteca pública, ainda tem como premissa apoiar a educação formal e continuada. Para que isso seja efetuado é preciso que atue conjuntamente com outros atores da comunidade, somando forças para que os problemas como o analfabetismo e a má formação educacional dos estudantes sejam solucionados e proporcione a inclusão social das pessoas por meio da leitura. O apreço e a prática da leitura devem ser estimulados por todos – escola, família, governo e bibliotecas (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

O surgimento dos meios de comunicação de massa, como o rádio na década de 1920 e a televisão da década de 1950 do século passado, fez com que a distância entre a população e a leitura aumentasse. Segundo Milanesi (1983, p. 34) os grandes veículos de comunicação proporcionam uma rápida recepção coletiva, mais pessoas recebem as mesmas informações, quase que simultaneamente, aumentando o raio de ação dessa informação. A grande maioria da população brasileira, que era analfabeta, deu um pulo da oralidade para os veículos de comunicação em massa – que fortaleceram essa oralidade – sem passar pela cultura letrada e, com isso, a grande mídia se formou e estabeleceu seu conteúdo partindo dessa cultura.

A televisão vem se tornando um meio de comunicação que dispersa o público do livro. Seu poder de atração é grande, sem contar que seu conteúdo não possui a capacidade de aprofundamento que a leitura proporciona, oferecendo atrações e informações superficiais, de fácil absorção, para que possa ser aceito por um número cada vez maior de pessoas (MILANESI, 1983).

Mesmo com a forte influência exercida pelos meios de comunicação de massa sobre as pessoas, a leitura ainda é o principal meio para que os indivíduos tenham acesso a informação e ela não se limita apenas a decifrar símbolos ou signos gráficos, mas a compreensão crítica e interpretativa de uma informação, tornando-a a principal fonte transformadora de informação em conhecimento. É preciso que uma nova concepção de biblioteca pública seja implantada, na qual as novas tecnologias da informação estejam ao alcance de todos, promovendo mais ainda a propagação da informação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Considerando a questão no âmbito do sucesso pessoal e profissional, é essencial que as pessoas tenham o hábito da leitura, pois ler aumenta e aperfeiçoa o vocabulário, a escrita, agrega valor ao conhecimento além de expandir a capacidade de compreender o mundo. Partindo desse entendimento, o comprometimento social com a leitura que as bibliotecas públicas possuem é grande, pois elas concedem acesso livre à informação, desenvolvem o hábito da leitura – em crianças principalmente – e dão suporte aos programas e ações de alfabetização (SILVA, 2013).

Com o intuito de mensurar estudos sobre os hábitos de leitura no Brasil, o Instituto Pró-Livro, apoiado pela Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), pela Câmara Brasileira de Livros (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), realizou a pesquisa ‘Retratos da Leitura no Brasil’. A última edição, publicada em 2012 – as anteriores são de 2001 e 2008 – entrevistou aproximadamente 5000 pessoas em 315 municípios brasileiros entre os meses de junho e julho de 2011. A pesquisa contém dados a respeito do perfil dos leitores de livros digitais e a percepção dos usuários em relação às bibliotecas públicas (SILVA, 2013).

De acordo com os dados da pesquisa, o Brasil tem mais de 89 milhões de pessoas que não leem, sendo que mais de 14 milhões são analfabetos. Como justificativa para um número tão alto de não leitores, está o alto custo dos livros, o



“baixo nível de escolaridade e poder aquisitivo da população, falta de políticas públicas par o setor”, a quantidade de bibliotecas e livrarias, que não são suficientes, e a associação que as pessoas fazem do livro com as responsabilidades escolares (SILVA, 2013, p. 49).

A pesquisa mostra que grande parte dos entrevistados faz a ligação entre a cultura e o conhecimento, sendo ela importante para a vida pessoal, estudos, e para atualizar a vida profissional. Porém, mesmo com a constatação da importância da leitura na vida das pessoas, ler está no sétimo lugar entre as coisas que as pessoas no Brasil gostam de fazer quando tem um tempo livre (SILVA, 2013).

A própria biblioteca pública, como instituição, pouco tem colaborado para mudar esse quadro. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2012, 75% da população dizem não usar a biblioteca pública, mesmo 67% conhecendo a existência de bibliotecas públicas em sua cidade, e 71% possuindo fácil acesso às mesmas. Para 33% dos pesquisados, ‘nada’ faria com que eles frequentassem a biblioteca e 20% dizem que a biblioteca deveria ter livros mais novos. Os dados apontam o desânimo dos brasileiros em relação a biblioteca pública. Ela deveria ser mais agradável, propiciando mais atrativos para o seu público, com um acervo mais atualizado, horários amplos, atrações culturais e salas equipadas com computadores ligados a internet, tornando-a um importante local para a sociedade (SILVA, 2013).

Outro dado importante que a pesquisa revelou foi sobre a representatividade cotidiana que a biblioteca tem na vida dos entrevistados: 71% disseram ser apenas um local de estudos, 61% ser um local para pesquisas, 28% dizem ser um lugar para estudantes e 4% disseram que a biblioteca é um lugar para ter acesso à internet e fazer parte de atividades culturais. É preciso aumentar o conhecimento que as pessoas tem em relação aos produtos e serviços que a biblioteca pode ofertar. Além de realizar um trabalho de divulgação sobre os serviços que a biblioteca pública oferece, ela precisa criar outras opções de recreação e lazer para a comunidade (SILVA, 2013).

A pesquisa aponta que a região Centro-oeste realiza a maior quantidade de empréstimos de livros realizados por bibliotecas públicas com 17%, seguida da região Sul, com 16% e a Norte, com 14%. Os empréstimos de livros de bibliotecas públicas que foram analisados de acordo com faixa etária, mostram a grande procura de crianças

e adolescentes entre 11 a 13 anos, fato que acaba ‘escolarizando’ a biblioteca e gerando prejuízo em relação a outros serviços. Quando perguntados sobre a utilização de livros digitais, as pessoas pesquisadas mostraram interesse, sendo os resultados da pesquisa: 48% responderam que utilizariam livros nesse tipo de suporte, e 33% viriam a utilizar a biblioteca para ter acesso aos livros. Os resultados só apontam para a formação do leitor brasileiro, que não continua lendo depois do período escolar, pois não se vê motivado a fazê-lo e nem possui uma formação voltada à leitura (SILVA, 2013).

A biblioteca pode tornar a experiência da leitura algo prazeroso e desfrutável. Ela tem como papel fundamental favorecer o acesso à informação e fomentar o hábito da leitura, e as autoridades estaduais e nacionais são responsáveis pelo seu financiamento, sendo que uma legislação específica deve apoiar o funcionamento dessas instituições. Um grande aliado das bibliotecas públicas é a comunidade, pois é comprovado que quando há o compromisso por parte da sociedade civil, o desenvolvimento e o funcionamento das bibliotecas ganham mais força e confiabilidade. Porém isso se torna possível se há um diálogo entre a biblioteca e seus usuários, através da identificação das necessidades e perspectivas dos mesmos, fazendo com que ela se torne fundamental para a comunidade (SILVA, 2013).

Essas ações são importantes para o melhoramento das bibliotecas públicas e para o incentivo a leitura e o acesso à cultura dentro da sociedade brasileira. Mas há muito ainda para ser feito. É preciso desconstruir a visão de que a biblioteca é um local sem vida, destinado apenas para guardar livros e de extremo silêncio, onde não se pode ter momentos de lazer e cultura. Mudar isso requer empenho, dedicação e força de vontade, na medida em que é uma das principais instituições para a democratização da leitura no Brasil. E toda essa mudança requer trabalho árduo e contínuo, baseado em políticas públicas consistentes.

## 5 Metodologia

Esta pesquisa é de natureza histórico-descritiva baseada em análise documental. A pesquisa documental permite a reunião de dados importantes para o desenvolvimento do trabalho, através de “consulta a documentos e registros que confirmam determinado fato, ou seja, de documentos considerados cientificamente autênticos” (MARTINS, 2004, p. 86). No que tange a pesquisa descritiva, realiza-se o estudo e a análise dos acontecimentos, mas sem que haja a manipulação destes pelo pesquisador.

### 5.1 Pesquisa histórico-descritiva baseada em análise documental

Tem-se o termo ‘pesquisa’ como uma série de métodos sistemáticos, fundamentados no raciocínio lógico, com o intuito de constatar soluções para problemas propostos, utilizando-se métodos científicos. Predominantemente, a pesquisa possui uma natureza racional e, através da utilização de métodos científicos, tem duas grandes finalidades, que é o alcance do saber, a vontade de adquirir conhecimentos, designada como ‘pura’ ou ‘fundamental’, e é feita por cientistas, contribuindo para o avanço da ciência. A outra finalidade da pesquisa – chamada de pesquisa aplicada – está voltada para aplicações práticas, visando atender fins práticos, para solucionar as demandas da vida moderna, contribuindo para a resolução de problemas concretos (ANDRADE, 2003).

Adotou-se a pesquisa histórico-descritiva, em que a documentação elaborada por especialistas da área foi analisada, interpretada e utilizada como suporte para a elaboração deste trabalho.

Para a coleta dos dados da pesquisa, foi feito um levantamento documental que permitisse descrever os antecedentes e o contexto das bibliotecas no Brasil e tais documentos consistem em livros publicados sobre o assunto e pelos seguintes autores: Rubens Borba de Moraes, Luis Milanesi, Felipe Lindoso, Emir José Suaiden, Wilson Martins, Vanessa Barbosa da Silva e Fundação Biblioteca Nacional.

De acordo com a metodologia adotada, descreve-se a seguir a história e evolução da biblioteca pública no Brasil.

Até a metade do século de XVI, não houve registros de livros ou bibliotecas. Por estarem sob um regime voltado para atividades na agricultura e na exploração do solo, os habitantes do país, nessa época, não tinham contato ou interesse pelos estudos ou pela leitura. Esta realidade começa a mudar com a introdução do governo geral na Bahia, em 1549, evento que propicia grandes transformações no país, pois a partir disto a vida “administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social” (MORAES, 2006, p. 4) brasileira começou a surgir.

A instalação dos conventos, dentre eles os padres da Companhia de Jesus, proporcionou o início da instrução no país e o contato com os livros, pois estes abrem escolas não só na Bahia, mas em outras partes do Brasil. Além da Bahia, estados como Pernambuco e Rio de Janeiro, no fim do século XVI, passavam a ter uma vida intelectual. Nota-se que nesse período era raro particulares possuírem livros, porém nos colégios e conventos das ordens que vieram para o Brasil, a quantidade de livros era numerosa e já existiam algumas bibliotecas (MORAES, 2006).

Com o intuito de catequizar os indígenas que habitavam o Brasil e instruir os colonos, os jesuítas aportaram no país, mais precisamente em Salvador, em 1549. Nesta época, trouxeram livros, mas em quantidade insuficiente para prover as escolas que fundaram no Brasil colônia, os padres jesuítas copiavam cartilhas e solicitavam aos seus superiores que mandassem livros em quantidade satisfatória. À medida que o tempo passa, essas demandas foram sendo atendidas, e no final do século XVI, os jesuítas já possuíam uma biblioteca. Fato é que as bibliotecas dos jesuítas se tornaram numerosas, com acervo voltado não só para a formação dos estudantes da ordem, mas para o aperfeiçoamento dos professores, contendo obras de nível universitário e de diversos conhecimentos. Interessante observar, que essas bibliotecas eram abertas a seus estudantes e padres, como também para aqueles que fizessem o pedido adequado (MORAES, 2006).

Além dos jesuítas, outras ordens religiosas, como os beneditinos, franciscanos e carmelitas tinham escolas anexas aos seus conventos e estas também possuíam boas bibliotecas para auxiliar no ensino da população. Ao adotarem novos métodos

pedagógicos, diferentes dos jesuítas, ordens como os franciscanos começaram a estudar ciências e utilizaram as teorias filosóficas da Ilustração, o que gerou a necessidade bibliotecas melhores com um acervo mais moderno, algo que acabou ocorrendo. Interessante que as bibliotecas dos conventos, até a metade do século XVIII, foram as grandes formadoras intelectuais e culturais da juventude brasileira, que ia até Portugal para completar seus estudos, pois devido ao enriquecimento do Brasil, era possível que os pais desses jovens os mandassem para estudar em Coimbra (MORAES, 2006).

Com o tempo, as ordens religiosas têm o seu papel na educação dos jovens brasileiros diminuída – com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal – e no final do século XVIII o papel dos conventos no que tange a cultura e o ensino, começou a ruir (MORAES, 2006). Em 1759, ao expulsar os padres jesuítas, Pombal os substituiu por outros religiosos. Os jesuítas deixaram suas bibliotecas esquecidas, sem nenhum tipo de cuidado e os seus acervos foram destinados “à hasta pública”, que nada mais é que venda de bens penhoráveis. Várias coleções foram perdidas por falta de conservação e outras – que não tiveram compradores – foram utilizadas para fins diversos, menos para a leitura (MILANESI, 1983).

Em 1835, o governo imperial proíbe o noviciado, o que fez com que muitas ordens fechassem ou abandonassem os conventos. Os arquivos e bibliotecas dos conventos tiveram seus acervos destruídos, pois não havia pessoal que cuidasse deles e no início do século XIX o predomínio intelectual que as ordens religiosas exerciam caiu drasticamente e o pensamento livre começa a surgir. Os cidadãos que possuíam livros eram pessoas de posse, que iam para Portugal estudar e traziam seus livros para o Brasil – em geral, homens cultos, como médicos e doutores – o que acabou originando as primeiras bibliotecas particulares por aqui. Na época do Brasil colônia pouco se sabe sobre a existência de livrarias, e os livros que eram comercializados no século XVIII como qualquer outro tipo de mercadoria, os comerciantes faziam pedidos de livros junto com outros pedidos, como tecidos, chapéus, sapatos, dentre outros produtos. Isso mudou por volta de 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, e fez com que o comércio de livros se desenvolvesse, surgindo assim livrarias que vendiam publicações brasileiras e livros vindos da Europa (MORAES, 2006).

O monopólio da formação e movimento do pensamento não era feito pelas ordens religiosas, mas estas contribuíam de certa forma para isso, quando formavam bibliotecas em seus conventos com o principal objetivo de somente catequizar e levar sua fé. A censura da Igreja em Portugal coibia a circulação dos livros e a seleção destes, para formar o acervo das bibliotecas dos conventos, era rigorosa, sendo totalmente excluídas as obras ‘obscenas’, as obras ‘heréticas’ eram aceitas sob cautela – muitas vezes eram usadas para que seu conteúdo fosse contra-argumentado – e os livros poéticos também passavam por restrições (MILANESI, 1983).

No Brasil, durante o período de colonização, os livros enfrentaram obstáculos alfandegários, pois nossos colonizadores portugueses eram exigentes com a divulgação e propagação de material impresso. Para ser impresso, desde 1536, qualquer livro tinha que passar por três censuras, independentes entre si: a censura do Santo Ofício e Ordinário – da Igreja Católica – e a do Desembargo do Paço, do poder civil. Em 1551 é elaborada a primeira lista de obras proibidas, que estava a cargo do Cardeal Inquisidor Geral, D. Henrique. Passados os anos, surge o Marquês de Pombal, que em 1768, ‘melhora’ a censura, através da unificação das três censuras em uma só, criando assim a Real Mesa Censória (MILANESI, 1983). Em 1787, após a queda de Pombal, a rainha D. Maria I reformulou a censura e criou a Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, ficando a cargo do Ordinário os temas ligados à fé católica e do Desembargo do Paço as questões voltadas para a política (MORAES, 2006). Esta rigorosa censura aos materiais impressos só seria diminuída em 1821, ano que marca o rompimento do Brasil com Portugal. Apesar de rígido, o trabalho da censura no Brasil, nem sempre era executado de forma plena, pois devido a falta de conhecimento das ordens da censura ou a falta de habilidade dos funcionários para avaliarem as obras, várias delas passavam pela alfândega e circulavam pelo país. Como exemplo, tem-se a obra *Encyclopédie* de Diderot e d’Alambert, considerada uma obra ‘extremamente proibida’, mas que foi encontrada na Bahia e para chegar até lá, passou pelas censuras da França, Portugal e Brasil (MILANESI, 1983).

Deve-se observar que a censura foi exercida fortemente em relação aos livros, tanto em Portugal como no Brasil colonial. A circulação de livros era fortemente fiscalizada e tanto as entidades como as pessoas que os possuíam deveriam apresentar uma lista dos títulos de seus livros. Nota-se que mesmo com a elaboração de uma lista

de livros ‘perigosos’ e ‘proibidos’ para que estes não chegassem às pessoas, isso não foi motivo de impedimento para que tais livros entrassem em Portugal e chegassem até as bibliotecas. É notável que a censura e a fiscalização (apesar de forte e repressora) aos livros no Brasil – como em outros países, como a França, por exemplo – não conseguiu impedir que livros ‘nocivos’ fossem acessados e comercializados (MORAES, 2006).

Destaca-se que qualquer tipo de impressão era proibido na colônia. Nesse aspecto, a Carta Régia era explícita ao condenar à prisão quem se atrevesse a imprimir papéis, e os livros deveriam ser importados, de forma regulamentada, de Portugal. Apesar de mais essa dificuldade, várias pessoas possuíam boas coleções e boas bibliotecas eram formadas. (MILANESI, 1983). Até aproximadamente o ano de 1747, não há indícios de tipografias nem vontade por parte das autoridades da colônia de se instalar a imprensa no Brasil. Isso mudou com Antônio Isidoro da Fonseca, um impressor muito conhecido em Lisboa, que no citado ano instalou uma pequena tipografia no Rio de Janeiro (MORAES, 2006).

A existência da tipografia de Fonseca foi breve, pois um documento vindo de Lisboa ordenava ao governador do Rio de Janeiro fechar a tipografia, confiscar todo o material e enviar para o reino. Um livro para ser impresso ou difundido em Portugal, deveria ter as licenças necessárias, e no caso do Brasil, havendo tipografias, os originais de uma obra deveriam ser mandadas para Portugal a fim de serem aprovadas, e uma vez que as autorizações fossem obtidas, o texto voltaria para o Brasil para ser impresso (MORAES, 2006).

Esse processo era demorado e inconveniente. Os dirigentes portugueses preferiam então, ao receber os originais de obras literárias do Brasil, imprimi-las em Portugal mesmo, caso fossem aprovadas. Além de evitar desvios, perdas e demoras, essa atitude protegia os tipógrafos da metrópole, pois autorizar tipografias no Brasil causava danos aos tipógrafos do reino, e dificultaria mais ainda o controle da circulação de obras ‘perigosas’, de conteúdo contrário a Santa Fé. É importante lembrar que mesmo com tamanha dificuldade, Fonseca não desistiu de trabalhar como tipógrafo no Brasil. A princípio, pediu novamente a metrópole autorização para instalar uma nova tipografia, e mesmo dando todas as garantias de que não imprimiria nada sem autorização ou que afetasse o reino, seu pedido foi negado. Então para não assumir a

grave falta de imprimir um material no Brasil, sem autorização de Portugal, Antônio Isidoro da Fonseca, mandou um requerimento ao bispo para que fossem analisados os originais de uma obra, com a finalidade de verificar se esta não afetava os bons costumes e a Santa Fé. Nada de ‘errado’ foi encontrado, sendo autorizada a impressão do material, surgindo assim o primeiro livro publicado no Brasil. Após Fonseca, não existiram tipografias no Brasil até 1808, quando foi instalada a Impressão Régia (MORAES, 2006).

No fim do século XVIII, aconteceu em Portugal um movimento feito por brasileiros, direcionado ao Brasil, que tinha como objetivo divulgar modernas técnicas e ideias científicas através da publicação de livros, com o intuito de retirar a colônia do atraso. Depois de iniciado esse movimento, houve um hiato de 150 anos, até que surgiu uma geração constituída por economistas e tecnocratas para tentar solucionar o atraso do país. Nesse mesmo período, final do século XVIII em Portugal, a Universidade de Coimbra usufruía dos primeiros resultados positivos da reforma feita por Pombal, com o surgimento de uma geração que possuía uma formação científica moderna, e, em meio a essa atmosfera positiva frei Veloso expôs seu projeto para publicar livros que divulgassem novos métodos e culturas favoráveis ao progresso no Brasil (MORAES, 2006).

De início, com a direção de frei Veloso, livros e folhetos eram impressos em várias tipografias de Lisboa, até que surgiu a figura do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho que decidiu fundar uma tipografia a fim de apoiar o trabalho de Veloso. Surgia assim a Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, que iniciou seus trabalhos em 1800, mas teve seu acervo incorporado à Impressão Régia em 1801. Apesar de não ser um bom administrador, frei Veloso conseguiu a publicação de mais de sessenta livros, mesmo estes não rendendo os resultados esperados. Observa-se que o movimento feito pelos brasileiros ilustrados, através do apoio e incentivo do governo português, foi um esforço para disseminar livros e conhecimentos no Brasil (MORAES, 2006). É importante mencionar as tipografias, pois o papel delas para a impressão e publicação de material na época foi grande, pois foi através do seu trabalho que os acervos das bibliotecas puderam ser montados e as pessoas passaram a ter acesso a livros e outros tipos de materiais informativos.



Quando a corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro houve uma grande transformação no cotidiano da cidade, modificando a situação das bibliotecas e dos livros no Brasil. A quantidade de pessoas que começaram a circular no Rio gerou demandas e consumo de bens de todas as espécies. Dentre a carga trazida pela corte portuguesa destaca-se a Biblioteca Real – que continha milhares de livros incluindo edições raras, preciosas e boas coleções de livros e folhetos – e os prelos. Assim que aportou ao Brasil, a Biblioteca Real foi instituída no hospital da Ordem Terceira do Carmo e inaugurada em 13 de maio de 1811 e somente os estudiosos podiam consultá-la após fazer um pedido prévio. Contando com mais de sessenta mil volumes, no ano de 1814 a biblioteca foi aberta ao público. Dois bibliotecários foram designados pelo príncipe D. João para cuidar da Biblioteca Real, o frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso. No ano em que Portugal e o Império do Brasil, por volta de 1825, assinaram o tratado que reconhecia a Independência, o governo brasileiro pagou a Portugal pelos bens que este deixou aqui, incluindo a Biblioteca Real. No Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, a citada biblioteca foi enriquecida continuamente e passou a ter prerrogativa do depósito legal. Após a Independência passou a ser chamada de Biblioteca Nacional, que cresceu e teve seu acervo ampliado no período do Império e da República (MORAES, 2006).

Na época de D. João, a cultura não era divulgada somente pela Biblioteca Real ou pelas bibliotecas dos conventos das ordens religiosas. No Rio de Janeiro, existiam várias instituições de estudos superiores – como a Real Academia Militar, o Laboratório Químico-Prático, a Academia Médico-Cirúrgica, o Arquivo Militar dentre outros – que necessitavam de bibliotecas boas e atualizadas para seus alunos (MORAES, 2006). Nota-se que as bibliotecas das ordens religiosas não eram bibliotecas públicas, estavam destinadas a atender aos estudantes, padres e mestres que faziam parte dessas ordens, e a população em geral não tinha livre acesso aos livros e ao espaço dessas bibliotecas. Atenta-se que no período de D. João VI, tanto as bibliotecas particulares ou as oficiais eram boas, mas não eram bibliotecas públicas, abertas irrestritamente ao público. Este tipo de biblioteca, de caráter público, viria a existir tempos depois.

A gravura é um importante recurso para ilustrar e exemplificar diversos assuntos seja em livros, artigos, revistas ou teses, por exemplo, e em alguns casos, dependendo dos materiais usados e dos custos, podem sair mais em conta do que fotografias,

pinturas ou outro tipo de ilustração. Segundo Moraes (2006), as gravuras e ilustrações de livros serviram de inspiração para vários profissionais como pintores, escultores ou arquitetos na época do Brasil colônia, e propiciou pesquisas no campo das estampas, imagens e obras ilustradas vindas do exterior e que circulavam por aqui. As oficinas de gravura na época do Brasil colônia não eram muitas e pouco se sabe sobre essa arte nesse período, mas mesmo assim, a gravura foi exercida profissionalmente após a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, no ano de 1808. Os primeiros profissionais da arte da gravura chegaram ao Brasil vindos de Lisboa, juntamente com frei Veloso, da Tipografia do Arco do Cego.

Juntamente com a mudança da corte para o Brasil, além da Biblioteca Real, a tipografia também foi trazida, para que a Imprensa Régia fosse estabelecida. Até esse período, as oficinas tipográficas eram proibidas no país, mas por volta de 1808, através da tutela da corte, houve a edição de 37 títulos, passando para 1154 títulos editados até 1822. Vale lembrar que todo esse trabalho foi feito sob a censura, fortemente estabelecida, de acordo com a legislação portuguesa, fazendo com que a imprensa nascesse no Brasil após a extinção da censura (MILANESI, 1983). Desde a chegada de D. João à Bahia, fez-se necessário a publicação dos atos governamentais. Isso tornou possível a instalação do material tipográfico que os portugueses trouxeram, e para que pudesse funcionar institucionalmente, era preciso um ato administrativo para que lhe fosse facultada vida oficial e funções (MORAES, 2006).

O ato administrativo, na prática, deu apenas novas funções a um departamento que já existia, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Com a chegada da corte ao Brasil, a administração governamental continuou funcionando, não tendo suas atividades interrompidas, apenas houve a mudança da sede do governo. A oficina instalada funcionaria de forma interina, como Impressão Régia, sendo-lhe atribuída as funções de imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos originados de qualquer órgão do real serviço, e como não existia outra tipografia no Brasil, além de imprimir os documentos governamentais, imprimia todo e qualquer tipo de obra. Instituíam-se assim uma Impressão Régia em substituição a de Lisboa, com os mesmos privilégios e obrigações, no dia 13 de maio de 1808, data que marcou a introdução da imprensa no Brasil (MORAES, 2006).

Após a instituição da tipografia, D. João nomeou diretores para organizá-la. Devido a regulamentação da liberdade de imprensa, os valores altos que a Imprensa Régia cobrava e a grande quantidade de trabalhos, novas tipografias foram instaladas no Brasil. A partir disso, essas oficinas particulares começaram a produzir vários tipos de impressão – gazetas, folhetos, discursos, cartas entre outros – que mostrava a mudança de regime, o país saía de sua condição colonial e seguia para uma autonomia e liberdade de imprensa, marcando uma nova era para o livro e a imprensa no Brasil (MORAES, 2006).

A Imprensa Régia, primeira tipografia do Brasil, era uma imprensa oficial e detinha toda a publicação dos atos oficiais. Tais atos, após serem registrados nos departamentos competentes eram impressos e os exemplares destinados aos ministérios eram enviados a estes, uma determinada quantidade era destinada a vendas avulsas e o restante era utilizado para compor coleções de legislação. Temporariamente imprimiam-se índices cronológicos de todas as leis que eram publicadas. No Rio de Janeiro, após a chegada da corte, vários estabelecimentos de ensino científico foram criados, originando no Brasil a aplicação e divulgação das ciências. Dentre essas instituições, foi fundada a Academia Real Militar, que oferecia cursos de matemática, ciências de física, química e história natural. A Imprensa Régia teve um papel significativo na propagação dessas ciências e no auxílio da educação superior, publicando vários manuais para serem usados pelos alunos das academias (MORAES, 2006).

De acordo com Moraes (2006) com a publicação de obras de matemática, a Imprensa Régia pode mostrar toda sua capacidade e riqueza tipográfica, pois eram obras que requeriam uma revisão minuciosa e apresentavam difícil composição. Além das ciências exatas, a Imprensa Régia foi responsável pela publicação e auxílio nos estudos de outras áreas como a medicina, economia política, história natural, filosofia e literatura (drama, óperas cômicas, folhetos de cordel, novelas e outros gêneros literários). A *Gazeta do Rio de Janeiro* deu início às publicações periódicas. Foi marcante o papel da Imprensa como editora, pois ela divulgou vários livros culturalmente importantes, introduziu o romance e a novela no Brasil, publicou trabalhos de poetas brasileiros e, tornou poetas portugueses conhecidos aqui, solucionou o problema do livro didático para a educação superior e desempenhou sua principal função em relação a publicação e divulgação dos atos governamentais e legislação.

Entre o fim do século XVIII e o início do XIX, Salvador continuou sendo uma importante cidade em relação a cultura, mesmo com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus no ano de 1759 – fato que prejudicou um pouco o ensino secundário e superior. Em novembro de 1772 foi criado o imposto “subsídio literário” que auxiliava nas despesas com o ensino público. Professores foram nomeados e as técnicas de ensino foram reformuladas. A culta elite do Brasil colônia foi sendo influenciada pelos bacharéis formados em Coimbra e os poetas se tornaram adeptos de uma nova escola literária, a Arcádia. Faziam parte da elite bacharéis, professores, magistrados, militares e comerciantes, sendo que muitos apoiavam as novas ideias da Ilustração, inclusive das que faziam parte da maçonaria. Os homens cultos dessa época liam livros modernos, gazetas estrangeiras e tinham ideias inovadoras, almejando o bem comum. Um dos primeiros projetos elaborados por essa elite foi a Real Sociedade Baiana de Homens de Letras, por volta de 1810, e a ideia era a promoção das artes, ciências e agricultura, visando o bem da humanidade através da indústria, economia e inventos úteis. Segundo o projeto, essa sociedade conservaria um observatório astronômico, um museu, um laboratório químico, um jardim botânico, a redação de um jornal científico e uma biblioteca. Esse projeto não foi levado adiante (MORAES, 2006).

Além desse, outros projetos foram pensados entre 1810 e 1811, que repercutiam o clima de entusiasmo que o país vivia. Muitas pessoas, que estimuladas pela decisão governamental de abrir os portos para o comércio internacional e permitir a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, resolveram fundar suas indústrias. Nesse período houve várias iniciativas particulares na Bahia, tanto de empresas objetivando o lucro, como de iniciativas culturais sem fins lucrativos. Assim como em Lisboa, a imprensa e a biblioteca no Rio de Janeiro foram fundadas pelo governo como departamentos públicos, complementares a uma boa administração. Já na Bahia, essa iniciativa foi tomada por homens empreendedores, empolgados com o novo cenário que se apresentava para o Brasil. No que diz respeito a tipografia, esta foi concebida por um negociante português, que viu um meio de ampliar seus negócios numa área promissora, e a biblioteca foi fundada por uma associação de cidadãos sem finalidade lucrativa. Nesse contexto, as sociedades particulares visavam prestar ajuda ao próximo e vários indivíduos esclarecidos enxergavam a pobreza cultural que assolava a população

brasileira. A elite da colônia tem a atitude de assumir a iniciativa da instrução popular, e demonstra um pouco das ideias do Século das Luzes (MORAES, 2006).

A primeira biblioteca pública do Brasil partiu da iniciativa de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um rico senhor de engenho. Interessante notar que a instituição dessa biblioteca pública, que tinha como foco principal a promoção da instrução e do conhecimento para a população, seria constituída pela colaboração de todas as pessoas que gostassem de fazer parte da biblioteca, o gerenciamento seria feito pela sociedade, os recursos para mantê-la viriam de sócios e caberia ao governo apenas aprovar o projeto de Castelo Branco. Esta foi a primeira biblioteca com essa característica – pública – que se fundou no Brasil, pois as anteriores eram restritas, não eram abertas a todo e qualquer tipo de público, e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já exista em Portugal, foi apenas transferida para o Brasil. (MORAES, 2006).

O projeto de Castelo Branco em fundar uma biblioteca pública teve êxito. Além de conseguir uma doação de mais de três mil volumes para compor o acervo da biblioteca – provando que existiam muitos livros nas mãos de particulares, apesar da censura – foi levantada a quantia de três contos de réis, uma quantidade significativa que foi alcançada em pouco tempo. A biblioteca pública de Salvador foi fundada em 4 de agosto de 1811, no antigo colégio dos Jesuítas e teve como primeiro diretor, seu criador, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco (MORAES, 2006). Inicialmente, Castelo Branco tinha a ideia de iniciar a biblioteca com colaboradores, através de um plano coletivo de assinaturas e, com o que restasse do dinheiro, compraria livros para montar uma biblioteca (SUAIDEN, 1980).

Outra proposta do criador da Biblioteca Pública da Bahia foi convidar os colaboradores a fazerem parte da biblioteca, emprestando ou doando livros que faziam parte de suas coleções particulares e que não eram consultados constantemente, além de importar livros e revistas da Europa (SUAIDEN, 1980). Juntamente com Castelo Branco, que seria o diretor da biblioteca, trabalharia seu assessor que administraria as subscrições, o senhor José Avelino Barbosa, um secretário, o padre Francisco Agostinho Gomes (grande doador da biblioteca), um tesoureiro, Manuel José de Melo, um bibliotecário, Lúcio José de Matos, um servente para a manutenção da limpeza da

biblioteca e dos livros, um funcionário responsável pelo recolhimento das subscrições e um porteiro (MORAES, 2006, p. 156).

A segunda biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, em 29 de setembro de 1829 e foi aberta ao público no início de maio de 1831. Vinculada inicialmente ao Liceu Maranhense em 1851 e, em 1866 a biblioteca passa à alçada do Instituto Literário Maranhense. Após diversas mudanças, o então governador da época, Sebastião Archer da Silva, constrói a atual sede da biblioteca, na Praça do Panteon (atual Praça Deodoro), no Maranhão que posteriormente teve seu nome mudado para Biblioteca Pública Benedito Leite (SUAIDEN, 1980).

Posteriormente a esses acontecimentos, diversas bibliotecas públicas foram criadas nos Estados, partindo de iniciativa do governo, porém ficavam em lugares improvisados, com acervos obsoletos (formados por doações), instalações insatisfatórias, precisando de profissionais qualificados para trabalhar nelas. Depois que o Brasil se tornou independente de Portugal, surge um estado de ânimo no país para levar adiante projetos de construção da nova nação. Jornais são criados, tipografias são implantadas, novas ideologias são defendidas, expandidas, sendo a imprensa o principal fio condutor desse processo. Além dos jornais, folhetos são publicados, escolas são abertas, diminuí-se o cerceamento à literatura e a população começa a ter mais acesso aos livros. No que diz respeito às bibliotecas, novos tempos para o pensamento no Brasil começam a aparecer: tem-se a fundação da Biblioteca Pública da Bahia em 1811, a Biblioteca Imperial e Pública do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional) é incorporada ao Estado em 1825, outras bibliotecas são fundadas, como a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo em 1828, a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão em 1829 (a segunda biblioteca pública do Brasil), a Biblioteca da Faculdade de Direito de Pernambuco em 1830, e no Rio de Janeiro, foi estabelecida, em 1837, a biblioteca pública do Real Gabinete Português de Leitura. Gradualmente, outras bibliotecas – incluindo bibliotecas públicas – foram sendo criadas, expandindo o acesso aos livros (MILANESI, 1983).

Apesar do novo ânimo surgido com a Independência, a situação do Brasil, ainda era precária. Nesse período, 80% da população era analfabeta – não incluindo aí índios e escravos – e o ensino instalado não era o suficiente para suprir esse grave problema. No

início do século XX o número de pessoas que eram alfabetizadas no Brasil, não alcançava a faixa dos 30% da população. Os principais leitores dessa época eram padres, bacharéis, uns poucos profissionais liberais e estudantes (MILANESI, 1983). Mesmo com as mudanças que ocorriam no Brasil, após sua Independência o fato é que não adiantava aumentar a circulação de livros pelo país ou criar mais bibliotecas – não que isso não fosse necessário, muito pelo contrário – se, infelizmente, uma larga parcela dos cidadãos não eram alfabetizadas para desfrutarem do prazer da leitura (SILVA, 2013).

Constata-se que as bibliotecas criadas após a Independência aplicaram os mesmos padrões de serviços bibliotecários de países como a Inglaterra e Estados Unidos, mas sem realizar uma adaptação desses serviços ao contexto do Brasil, à realidade brasileira. Isso reflete o comportamento da elite desse período, que tinha sua formação fora do Brasil e que procurava nos países estrangeiros referências de cultura a serem aplicados no país, mostrando que essa classe se comportava como importadora de ideias, tendo grande apreço pela cultura estrangeira. O reflexo desse comportamento chegou até as bibliotecas, que se tornaram cópias das bibliotecas dos outros países, onde os acervos eram compostos por livros eruditos, clássicos e edições francesas. Infelizmente esse tipo de atitude descartava as reais necessidades e os interesses da maioria da população brasileira (SILVA, 2013).

Posteriormente, já no século XX, e para tentar reverter esse comportamento de ‘importar’ ideias, artistas e intelectuais se uniram para encontrar uma identidade própria e valorizá-la, uma cultura voltada para a realidade brasileira, destituindo o comportamento de seguir e adotar a cultura e os modelos estrangeiros. Isso aconteceu durante a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. Após esse importante movimento para a valorização da cultura e pensamento brasileiro, houve a inauguração de uma das mais importantes bibliotecas do país, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em 1926. É importante salientar que a instituição de bibliotecas não irá diminuir problemas sérios como o analfabetismo, mas é uma das estratégias mais importantes para que o país se desenvolva culturalmente, pois é através da biblioteca que o hábito da leitura pode ser incentivado na população tornando-a mais informada e orientada (SILVA, 2013).

Além do analfabetismo, a biblioteca pode combater sérios problemas que estão presentes na sociedade brasileira, como o analfabetismo funcional (fruto da má formação de profissionais), refletidos na dificuldade de interpretação de texto (onde as ideias que são propostas nos textos ou livros não são apreendidas pelo leitor), e na dificuldade em elaborar textos e concatenar ideias de forma escrita. Impressiona que parte desses problemas pode ser resolvida através do hábito da leitura e do exercício da escrita, atividades que se aprimoram no decorrer do tempo.

O Estado brasileiro, durante muitas décadas, foi negligente quanto às bibliotecas públicas, porém a partir da década de 1930, houve um aumento dessas bibliotecas pelo país, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937. A implementação desse instituto foi de grande importância para o progresso do livro, crescimento das bibliotecas públicas e aperfeiçoamento dos serviços bibliotecários brasileiros. Depois da criação do INL, a biblioteca pública começou a ser financiada pelo Estado estando sob sua responsabilidade (SILVA, 2013).

Em dezembro de 1937, durante a Era Vargas, o Instituto Cairu foi transformado em Instituto Nacional do Livro, por iniciativa do então ministro Gustavo Capanema. Ao criar-se esse instituto, o Estado procurou incentivar oficialmente às bibliotecas, propondo ampliar seu número em todo o território nacional. Ademais, editar obras da literatura que fossem importantes e de interesse para a instrução da população e elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacional estavam entre as atribuições do Instituto Nacional do Livro.

Criado através do Decreto Lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937, o Instituto Nacional do Livro tinha o objetivo de ampliar, diminuir os custos e melhorar a edição de livros, além de promover, estruturar e sustentar bibliotecas públicas no Brasil. A instituição do INL foi uma espécie de ‘resposta’ do governo federal para os artistas e intelectuais que criticaram duramente o governo – durante a Semana de Arte Moderna – pela ausência de uma política cultural. Outro fato para a criação do Instituto foi a necessidade de qualificar a nova classe trabalhadora e diminuir seu analfabetismo (SILVA, 2013).



O INL funcionou de 1937 a 1989, contribuindo enormemente para o desenvolvimento das bibliotecas no Brasil, atuando em pontos como a inclusão da biblioteca pública na agenda do governo, no aumento dos acervos das bibliotecas públicas e no fomento a expansão da biblioteconomia no país (SILVA, 2013).

Rubens Borba de Moraes destacava o trabalho do Instituto Nacional do Livro nos anos 1940, mas também criticava as precárias condições das bibliotecas brasileiras, onde o trabalho não era realizado de forma correta, os livros eram mal organizados, mal conservados e não se tinha acesso a estes. Durante essa época, Moraes defendia uma profunda reforma nas bibliotecas e que novas fossem criadas através de um plano de ação sistemático, onde as bibliotecas se ordenariam num sistema cooperativo. Outros importantes pontos defendidos pelo autor referiam-se aos serviços bibliotecários, que poderiam ser organizados de forma menos burocrática, e a formação dos profissionais em biblioteconomia, que devem ter uma melhor qualificação técnica e cultural (SILVA, 2013).

Decorrida a década de 40 do século passado, tanto a população como o governo tinham noção do valor da biblioteca para a educação e cultura, e o que deveria ser feito então, era melhorar e estabelecer bibliotecas mais modernas, aparelhadas e preparadas para atender a todos os cidadãos. No dia 22 de agosto de 1961, por meio do Decreto Lei n. 51.223, foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas, cujos principais propósitos eram motivar a troca bibliográfica entre as bibliotecas do Brasil, incentivar a fundação de bibliotecas públicas, principalmente de sistemas regionais de bibliotecas e proporcionar a organização de uma rede de informações bibliográficas que atuassem em todo o território brasileiro (SILVA, 2013). Infelizmente, o Serviço Nacional de Bibliotecas, não alcançou as metas estabelecidas e no ano de 1969, foi integrada ao Instituto Nacional do Livro (TARAPANOFF; SUAIDEN, *apud* SILVA, 2013).

A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, reformulou a educação do primeiro e segundo grau, tornando obrigatório a atividade de pesquisa para o aluno, e sendo assim, os alunos começaram a procurar as bibliotecas públicas, uma vez que as bibliotecas escolares – quando existiam – não conseguiam suprir a demanda dos estudantes. Foi durante os anos 70 que as bibliotecas públicas tiveram um maior desenvolvimento e isso

ocorreu por elas participarem das políticas do governo para a educação e a cultura (SUAIDEN, *apud* SILVA, 2013).

Através do Instituto Nacional do Livro, por volta do ano de 1977, houve a iniciativa de se estabelecer o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o SNBP. De acordo com Miranda (*apud* SILVA, 2013) é significativo se organizar as bibliotecas em sistemas, pois isto amplia a eficiência dos seus serviços, promovendo o acesso a informação, diminui os custos, tornando suas tarefas mais produtivas e regularizando seu uso para um público maior. O INL, nesse contexto e como órgão gestor, deveria proporcionar assistência técnica e financeira às bibliotecas, estabelecer diretrizes e condutas de serviços, realizar treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos e outras providências. Quanto às unidades federadas, lhes cabiam ordenar seus subsistemas de bibliotecas públicas, em acordo com as regras estabelecidas pelo coordenador, o que permitia que o sistema atuasse de maneira conjunta com as unidades integrantes, em prol de um propósito comum (SILVA, 2013). *A priori*, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tinha como foco gerar bases para recursos humanos e materiais, desenvolver regras de cooperação entre as bibliotecas que faziam parte do sistema e reestruturar serviços bibliotecários para as populações mais carentes (SUAIDEN, *apud* SILVA, 2013).

Em 1990 o INL foi extinto e a coordenação do SNBP passou para o Departamento Nacional do Livro. Quando o Instituto Nacional do Livro foi criado, o Brasil passou a investir e apoiar o aumento de bibliotecas públicas, e através do Decreto n. 520, de 13 de maio de 1992, finalmente instituiu-se o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP – e que tinha como meta elaborar um planejamento integralizado, colaborativo e racionalizado de bibliotecas (SILVA, 2013). O SNBP era subordinado à Fundação Biblioteca Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

A sede do Sistema Nacional de Bibliotecas públicas localizou-se no Palácio Gustavo Capanema durante os anos de 1992 a 2014. Era formada como uma Coordenadoria Geral, composta de três coordenadorias: a Coordenadoria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, a Coordenadoria de Cadastro e Informação e a Coordenadoria de Acervo. Após a grande pesquisa que diagnosticou a situação das bibliotecas pública no país, em 2011, a designação das coordenadorias mudou para

Coordenadoria de Relacionamento e Formação, Coordenadoria de Informação e Governança e Coordenadoria de Gestão Documental e Administrativa.

Através do Decreto n. 7.748, de 8 de junho de 2012, houve a incorporação da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério da Cultura pela Fundação Biblioteca Nacional, tornando-se a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB. A subordinação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas passou a ser da DLLLLB/FBN e não mais da Presidência da FBN. Em 2014, mais um decreto mudou a subordinação do SNBP: o Decreto n. 8297, de 15 de agosto de 2014, transferiu o Sistema Nacional de Bibliotecas e a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para Brasília convergindo-os à Secretaria Executiva – SE – do Ministério da Cultura. Com isso, o SNBP atualmente, é composto por uma Coordenadoria Geral e duas coordenadorias, a Coordenadoria de Relacionamento e Formação e a Coordenadoria de Informação e Governança.

A partir do momento de sua instituição, o SNBP atua de modo estruturado com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, sempre considerando o princípio federativo, focando no fortalecimento de seus atos e incentivando o trabalho em rede e cooperativo.

Vê-se que, no decorrer de sua história, a biblioteca pública no Brasil passou por diversas mudanças e que apesar de programas e metas, ainda precisa de apoio para ter seu desenvolvimento assegurado. Mesmo com a maior independência do usuário por conta das tecnologias, a biblioteca pública precisa “atuar como um centro de informação de cultura popular” propiciando “a melhor integração comunidade/biblioteca, visando a coleta, preservação e disseminação da documentação representativa dos valores culturais que expressam as raízes, jeito de ser e identidade de nosso povo” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 23). Ainda há muito para ser feito em prol das bibliotecas públicas no Brasil e historicamente, é possível ver sua grande importância no que tange ao desenvolvimento intelectual, acadêmico e cultural dos cidadãos, auxiliando enormemente no combate à falta de informação, analfabetismo e exclusão social.

## 5.2 Dado amostral

Para compor o dado amostral, foram selecionadas dez bibliotecas públicas brasileiras, de forma aleatória, no intuito de apresentar as suas respectivas trajetórias e principais serviços, a partir de um critério geográfico, compreendendo bibliotecas públicas de norte a sul do país.

### 1. Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo



Figura 1: Biblioteca Mário de Andrade

Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/historico/index.php?p=7653>

Instituída como Biblioteca Municipal de São Paulo, a Biblioteca Mário de Andrade (BMA) é a maior biblioteca pública da cidade de São Paulo, a segunda maior do Brasil e uma das mais significativas bibliotecas de pesquisa do país. O edifício principal da biblioteca situa-se na Rua da Consolação, 94 e o edifício anexo, na Rua Dr.

Bráulio Gomes, 125/139, em São Paulo, Capital. Foi fundada em 1925, mas inaugurada em 1926 e as obras que estavam na Câmara Municipal de São Paulo – local onde a biblioteca funcionava – fizeram parte da coleção inicial da instituição. No ano de 1937, foi integrada à Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca Pública do Estado e após isso, consideráveis aquisições de livros – raros e especiais – engrandeceram seu acervo. O desenvolvimento do acervo e dos serviços da biblioteca fez com que esta mudasse de local, passando da Rua 7 de Abril para o atual edifício, que fica na Rua da Consolação, em São Paulo, sendo que essa mudança teve sua inauguração em 1942, tendo como diretor da biblioteca Rubens Borba de Moraes.

Moraes desenvolveu a Seção de Obras Raras e Especiais, que foi aberta ao público em 1945. Destaca-se como principal obra rara e especial adquirida pela biblioteca, a compra, no ano de 1936, da biblioteca de Félix Pacheco (escritor, senador e Ministro das Relações Exteriores) que agrupou a maior coleção particular de obras raras e de Brasileira do Brasil. Outras doações importantes foram as bibliotecas de Batista Pereira (advogado, genro de Rui Barbosa) em 1937, Paulo Prado (escritor, organizador da Semana de Arte Moderna) em 1945 e Pirajá da Silva (médico, pesquisador da Esquistossomose) em 1977. Vale citar as aquisições de bibliotecas particulares como as de Otto Maria Carpeaux, Francisco Carvalho Franco, José Pereira Matos, Antonio de Paula Souza, Alceu Maynard de Araújo, José Perez e Paulo Duarte e doações de obras por parte de instituições e particulares.

A Seção Circulante foi inaugurada em 24 de janeiro de 1944 e um ano depois, em janeiro de 1945 foi inaugurado a Seção de Artes – pelo então diretor da biblioteca, Sérgio Milliet – que englobava a coleção especializada de livros, revista e reproduções. No ano de 1960, a biblioteca passou a ser designada como Biblioteca Mário de Andrade e teve como diretor José Azevedo, que tinha sido chefe da Seção Circulante e era bibliotecário com formação na Escola da Prefeitura.

É importante mencionar que o patrono da biblioteca, Mário Raul de Moraes Andrade foi uma das mais importantes figuras no campo da literatura e das artes no Brasil. Nasceu em São Paulo, em 1893 e faleceu em 1945. Foi poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista e ensaísta. Estudou música, ministrou aulas de piano, publicou livros e participou da Semana de Arte Moderna de 1922. Mário de Andrade foi

um dos principais encarregados de realizar a propagação e estabelecimento do movimento modernista no Brasil e, além da literatura, tinha como princípios preservar a memória, desenvolver valores nacionais e reafirmar nossa tradição. Tais princípios o levaram a engajar-se pelo desenvolvimento da cultura em São Paulo, e na década de 30 fundou e conduziu o Departamento de Cultura e Municipalidade Paulistana que posteriormente viria a ser a Secretaria Municipal da Cultura. Foi deste órgão que surgiu a idealização de uma biblioteca que pudesse se tornar a depositária da história cultural da cidade de São Paulo e do Brasil.

No início do ano de 1975, em janeiro, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura e a Divisão de Bibliotecas – setor a que a Biblioteca Mário de Andrade estava ligada – passou a ser Departamento de Bibliotecas Públicas, fazendo parte do orçamento da Prefeitura. Em 2005, com a formação do Sistema Municipal de Bibliotecas (dentro da Secretaria Municipal de Cultura), a BMA ganhou a posição de ‘departamento’, o que lhe deu mais autonomia administrativa, e em dezembro de 2009 houve sua reestruturação administrativa, o que gerou meios de realizar sua missão de preservação de documentos e acesso à informação.

A missão da Biblioteca Mário de Andrade é preservar e propiciar o acesso de seu acervo, fazendo com que suas coleções sejam acessíveis a pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de trabalhar para que essas coleções se mantenham preservadas por meio de um trabalho de preservação preventiva – como higienização, acondicionamento e monitoramento constante – para que tenham maior durabilidade e longevidade. O acervo conta com mais de 300 mil itens distribuídos na Coleção Geral, na Seção Circulante, na Sala de Artes Sérgio Millet, na Coleção de Obras Raras, na Mapoteca e Hemeroteca.

De 2007 a 2010, houve uma grande reforma na BMA, com intervenções no edifício, restauração do mobiliário, desinfestação de livros, higienização e reorganização física do acervo. Antes que a reforma terminasse, a Seção Circulante abriu novamente ao público, em julho de 2010, e passou a oferecer um ambiente atraente e adequado, com um acervo em torno de 42 mil volumes atualizados e informatizados, além de um amplo horário de atendimento, fazendo com que o local recebesse mais de 700 usuários por dia. Após o término da reforma, a biblioteca foi

reinaugurada, em 25 de janeiro de 2011, e o público pode voltar a usufruir das coleções e do auditório da BMA, onde houve a retomada de sua programação cultural, o que fez com que a biblioteca tivesse de volta seu lugar na programação cultural da cidade.

## 2. Biblioteca de São Paulo – São Paulo



Figura 2: Biblioteca de São Paulo

Fonte: arquivo pessoal. Biblioteca de São Paulo, dezembro de 2014.

Inaugurada em 8 de janeiro de 2010, no local onde funcionava a Casa de Detenção do Carandiru, na Zona Norte de São Paulo, a Biblioteca de São Paulo representa a tentativa de transformar um local voltado para repressão em um ambiente que valorize e estimule o conhecimento em seus diversos aspectos. Situada no Parque da Juventude, Avenida Cruzeiro do Sul, 2.630, Santana (ao lado da Estação Carandiru do

Metrô), em São Paulo, capital, o novo espaço cultural ocupa um pavilhão de 4.257 metros quadrados e está localizado no Parque da Juventude, distrito de Santana, Zona Norte da cidade de São Paulo.

A inauguração da Biblioteca de São Paulo marca o final de um presídio que abrigava cerca de 8.000 presos e era o centro de constantes rebeliões e fugas. Essa transformação começou em 2002, quando os primeiros pavilhões com as celas foram demolidos e deram origem, anos depois, ao Parque da Juventude. Originalmente, o presídio tinha sete pavilhões, dos quais dois foram mantidos, reformados, passando a abrigar uma escola técnica. A biblioteca foi pensada com o objetivo de incentivar a leitura, se tornando um centro de treinamento para todas as bibliotecas municipais que existem no estado de São Paulo, e seu prédio foi construído com o objetivo de receber eventos e exposições. Sua localização é de fácil acesso, em frente à estação de metrô Carandiru.

A estrutura original não foi modificada, pois suas paredes de vidro propiciam a integração com a área verde do parque, sendo feito somente a colocação de revestimento e isolamento acústico. Foram investidos mais de R\$ 12 milhões de reais para a implantação do projeto, sendo que um milhão de reais deve ser destinado para a atualização do acervo. A biblioteca conta com cerca de 30 mil itens, possui equipamentos modernos e promove a acessibilidade, com um elevador, impressora em braile e software que realiza leituras em voz alta, além de ter acesso livre a internet e disponibilidade de computadores.

A divisão da biblioteca é feita por faixa etária, em que o térreo é destinado às crianças e adolescentes, a decoração foi feita com cabanas coloridas, cadeiras, pufes e aviões de papel gigantes. Além do espaço destinado aos mais jovens, no térreo há um auditório para eventos e palestras, área externa coberta, contando com um café e local para apresentações artísticas. O primeiro andar da biblioteca é voltado para o público adulto, conta com mesas de leitura, computadores e poltronas, dando mais conforto e bem estar para os usuários.



### 3. Biblioteca Pública Benedito Leite – Maranhão



Figura 3: Biblioteca Pública Benedito Leite

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/index.php?page=biblioteca>

Criada na época do período colonial, mais precisamente no primeiro reinado, a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão foi fruto da iniciativa de Antônio Pedro da Costa – que viria a ser o Barão de Pindaré – que teve sua proposta aceita em sessão no Conselho Geral da Província, em 8 de julho de 1826. Apesar de aprovada, a proposta de Pedro da Costa não obteve os recursos necessários para a fundação da biblioteca. No dia 17 de junho de 1829, o desembargador Cândido José de Araújo Viana, então Presidente da Província, enviou o pedido ao Imperador, para que fosse autorizada a instituição da Biblioteca Pública Provincial. O pedido não foi acatado pelo Imperador D. Pedro I por motivos financeiros, devido aos problemas nas rendas públicas e nenhuma despesa a mais poderia ser contraída.

Viana então envia à Câmara Municipal de São Luís uma sugestão para que esta desse o consentimento para uma subscrição para o desenvolvimento da biblioteca – essa subscrição seria popular e voluntária. No dia 24 de setembro de 1829 foi instituída a Biblioteca Provincial, mas sua abertura oficial se deu em 3 de maio de 1831, na Rua Egito, no Convento do Carmo. Posteriormente, em 1851 ela é incorporada ao Liceu Maranhense pela Lei n. 752, de 1 de julho de 1866, ficando sob a tutela do Instituto Literário Maranhense.

A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão é tida por alguns historiadores como a segunda biblioteca pública do Brasil. Situada na Praça do Panteon, no Centro, em São Luiz, Maranhão, desde sua instituição, foi fechada e reaberta várias vezes, sendo transferida de um lugar para outro até ser instalada definitivamente na sua sede atual e reinaugurada em 19 de setembro de 1951. Foi com Decreto n. 1.316 de 8 de abril de 1958 que a biblioteca foi renomeada de Biblioteca Pública Benedito Leite, uma forma de prestar homenagem ao político maranhense que proporcionou sua reorganização. A atual sede da biblioteca está situada na Praça do Panteon, no centro de São Luís, e seu edifício foi construído no estilo neoclássico por obra do engenheiro civil Antônio Bayma. Conta com salões de leitura, auditório com capacidade para duzentos lugares, equipamentos de climatização, equipamentos de informatização e um acervo com aproximadamente 127.000 itens, composto por obras de arte, coleção de jornais datados desde a Independência, manuscritos do século XVIII, livros, revistas, jornais, fotografias, microfilmes, diários oficiais, obras raras, livros em Braille, folhetos e um importante acervo com a história política do estado do Maranhão.

Objetivando estimular a leitura em crianças e adolescentes, foi criada a Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa (BIJVC) que fica no Prédio Anexo da Biblioteca Pública Benedito Leite. A BIJVC promove atividades culturais, como a hora do conto, jogos culturais, apresentação de filmes, oficinas de criatividade, produção de textos, teatro, dentre outras. Essas atividades são interessantes para incentivar a parte criativa e o fomento da cidadania nos mais jovens. Além das oficinas, a biblioteca dispõe aos seus usuários serviços como consulta local, empréstimo domiciliar, atendimento de pesquisa, visita orientada e um calendário com programação especial, como o Carnaval na Biblioteca, Arraial da Tia Nastácia, Férias na Biblioteca e Natal na

Biblioteca. O acervo possui 5.000 itens com diversos gêneros literários, obras de referência, revistas em quadrinhos, fitas de vídeos, CDs e fitas cassetes.

Para garantir o acesso de todo cidadão a informação, lazer e cultura, a Biblioteca Pública Benedito Leite possui a Seção Braille que disponibiliza serviços e um acervo voltado para pessoas com deficiência visual ou cegas. Os principais serviços para esses usuários são empréstimo domiciliar, consulta local, leitura em voz alta, transcrição de textos e os recursos disponibilizados são bengalas, guias para assinatura e regletes, punções e sorobans, que são instrumentos utilizados na escrita em braile e nos cálculos matemáticos.

A missão da biblioteca é manter e expandir a memória cultural do Estado, por meio da promoção da cultura e estímulo à leitura, favorecer o acesso a informação para todos, sem nenhum tipo de distinção, criar condições para o aprendizado contínuo, a prática da cidadania e o progresso cultural do cidadão e da sociedade. Outro ponto são os programas e projetos de acesso à informação, fomento e incentivo à leitura que a biblioteca realiza. Os principais projetos são:

- Preservação e modernização do acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite, que começou em fevereiro de 2013 e tem como objetivo a digitalização de mais de 5.000 obras raras, conceder o acesso completo de 1.000 obras raras digitalizadas (atendendo aos direitos autorais), higienizar e digitalizar cem rolos de microfimes, transcrever duzentos manuscritos, higienizar todo o acervo raro para manter sua longevidade, obter equipamentos de informática para digitalizar as obras raras e manter o conteúdo digitalizado de maneira segura.
- Lançamento coletivo de obras maranhenses: visualizando a promoção e incentivo a leitura e ao livro, a biblioteca realizou a VI Edição do Lançamento Coletivo de Obras Maranhenses, em que 20 livros foram lançados com o intuito de apoiar os escritores do Maranhão, motivar novos leitores e fortalecer o depósito legal de trabalhos maranhenses na biblioteca.
- Projeto cidadania e leitura: é um projeto elaborado pelo governo do Estado, pela Secretaria de Estado da Cultura, juntamente com a Fundação da Biblioteca Nacional e tem como foco criar mediadores de leitura por meio de cursos a distância ou presenciais, colaborar com as bibliotecas comunitárias em medidas para auxiliar na

leitura e aumentar as atividades dos comitês do Proler – Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Esse projeto inclui medidas para fortalecer e expandir políticas públicas do Livro e Leitura e a biblioteca no estado do Maranhão.

- Programa nacional de incentivo à leitura: em novembro e dezembro de 2014, aconteceu o Fórum de Leitura, com os temas ‘Lendo o Verde’ e ‘Lendo o Mundo’, que culminou em outras duas atividades, como o 14º Encontro Estadual do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler – e o IV Seminário de Leitores em Rede.

- Terça na Biblioteca: é um projeto onde a Biblioteca Pública Benedito Leite, por meio da Biblioteca Infantil Viriato Corrêa, recebe toda terça-feira a visita de alunos de uma escola pública, particular ou comunitária, podendo participar até oitenta crianças, no período de março a junho, e agosto a novembro. As atividades propostas por esse projeto são a hora do conto, oficinas de criatividade, demonstração de filmes, entre outras.

A biblioteca tem sido importante para o acesso, disseminação e conservação da informação, história e cultura tanto para o estado do Maranhão como para a sociedade, pois pode expandir a visão de mundo dos seus usuários através de atividades que promovem a leitura e a pesquisa.

#### 4. Biblioteca Nacional de Brasília – Brasília



Figura 4: Biblioteca Nacional de Brasília

Fonte: <http://viajeaqui.abril.com.br/estados/br-distrito-federal/fotos#5>

A Biblioteca Nacional de Brasília foi idealizada por Lúcio Costa quando este projetou Brasília juntamente com Oscar Niemeyer e demais arquitetos, no final da década de 50. Localizada no Setor Cultural Sul, Lote 2, Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no Distrito Federal, foi aberta para o público em 12 de dezembro de 2008 e sua missão é promover o acesso e o atendimento ao público, particularmente das classes menos favorecidas, através de procedimentos que tragam benefícios ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, de acordo com uma perspectiva moderna de Biblioteca Nacional, e se distanciando da tradicional função de depositária da produção intelectual do Brasil.

Situada na Esplanada dos Ministérios, entre o Setor Bancário Sul e a rodoviária do Plano Piloto, a Biblioteca Nacional de Brasília faz parte do complexo do Conjunto Cultural da República, que além da biblioteca, conta como Museu da República. Possui um acervo em torno de 20 mil exemplares que estão disponíveis para empréstimo –

através de cadastro do usuário – e consulta. Proporciona palestras aos seus usuários, wifi e espaço para estudos e leitura. Seu foco está em propiciar o acesso e atendimento à comunidade em geral e conta com obras da Coleção Popular Geral e em 2013 a Secretaria de Cultura do Distrito Federal adquiriu 7.800 livros para fazerem parte do acervo da biblioteca. Os usuários podem participar de eventos culturais promovidos pela biblioteca, exposições, palestras, apresentação de filmes, atividades pedagógicas e acesso a obras digitais.

Por estar localizada em uma área acessível, a Biblioteca Nacional de Brasília propicia que mais pessoas tenham acesso a informação, cultura e lazer, trazendo bem estar e promovendo o desenvolvimento do conhecimento.

## 5. Biblioteca Pública do Amazonas – Amazonas



Figura 5: Biblioteca Pública do Amazonas

Fonte: <http://www.cultura.am.gov.br/biblioteca-publica-publica-do-amazonas/>

A Biblioteca Pública do Amazonas foi a primeira biblioteca pública do estado do Amazonas e foi fundada em Manaus, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1871. Passou vários anos abandonada, localizando-se em pequenas salas de edifícios emprestados, sem ter a grande representação social que geralmente uma biblioteca pública possui. Construído no estilo neoclássico, o edifício atual da biblioteca foi erguido durante o governo de Antônio Constantino Nery e inaugurado em 5 de outubro de 1910. Em 22 de agosto de 1945, houve um grande incêndio que destruiu por completo todo o patrimônio da biblioteca, salvando-se somente 60 livros que estavam em exposição, fora do prédio. Após este lamentável acidente, a biblioteca passou por uma completa reforma e o então governador do estado, Álvaro Botelho Maia, reinaugurou o edifício sede com um acervo composto por 45.000 volumes. Desde sua inauguração, a Biblioteca Pública do Amazonas passou por quatro reformas na sua estrutura e na conservação do seu acervo, sendo que a mais ampla e completa foi concluída em janeiro de 2013.

Com a reabertura, a biblioteca retomou seus trabalhos, oferecendo ao seu público diversas atividades e acesso a informação através da disponibilização de espaços como uma gibiteca, espaço multiuso para palestras, exposições, divulgação de trabalhos ligados a arte literária, além de consulta ao acervo e espaço para estudo. Localizada, Rua Barroso, S/N, Centro, em Manaus, no Amazonas, os frequentadores ainda podem contar com acesso multimídia da biblioteca, como áudios, animações, vídeos de vários temas, fazendo com que as pesquisas se tornem menos complicadas por estarem digitalizadas. A biblioteca conta com a indicação com leitura em Braille, desenho em libras, cadastro informatizado dos usuários, monitoramento eletrônico do acervo, empréstimo em domicílio e é integrada com outras bibliotecas públicas do Amazonas.

O acervo da biblioteca pública possui obras gerais, que abarcam diversas áreas do conhecimento, tendo em torno de 35 mil volumes. Possui coleções amazonianas, obras raras, mapoteca e obras especiais, com 32 mil volumes, e comporta ainda o acervo da Biblioteca Luso Brasileira Ferreira de Castro, de Literatura e o Telecentro.



## 6. Biblioteca Pública do Paraná – Paraná



Figura 6: Biblioteca Pública do Paraná

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Usu%C3%A1rio:Leonardomio/Curitiba#/media/File:Biblioteca\\_publica\\_do\\_parana\\_curitiba\\_01.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Usu%C3%A1rio:Leonardomio/Curitiba#/media/File:Biblioteca_publica_do_parana_curitiba_01.jpg)

A Biblioteca Pública do Paraná foi fruto da idealização de José Antônio Vaz de Carvalho, vice-presidente da província. Sua criação se deu em 7 de março de 1857, no Lyceu de Curitiba, e situada-se em Cândido Lopes, 133, em Curitiba, no Paraná.

No início a ideia era formar um acervo pequeno, com material voltado para os estudos do Lyceu. Mas a biblioteca cresceu e se transformou numa das instituições mais atuantes na promoção do acesso à informação, se adaptando as mudanças e avanços tecnológicos. Até chegar a esse grau de desenvolvimento, a Biblioteca Pública do Paraná atravessou um longo trajeto, encarando obstáculos, passando por reformulações e muitas sedes, até ocupar seu novo edifício, que foi inaugurado em 19 de dezembro de

1954. Sua atual sede fica no centro de Curitiba em um imóvel histórico, tombado pelo Patrimônio Cultural.

Para cuidar das particularidades da biblioteca, como a sua estrutura organizacional, mobiliário e equipamentos, foi contratada a bibliotecária Lydia Sambaqui, que teve a colaboração das bibliotecárias e professoras Etelvina Viana Lima e Francisca Buarque Almeida. Com a construção da biblioteca, houve o estímulo para que o primeiro curso de Biblioteconomia fosse fundado no estado do Paraná, fato que se concretizou por meio de um convênio entre o Instituto Nacional do Livro e a Universidade do Paraná, em maio de 1952. O plano era formar um grupo de profissionais capacitados para trabalhar em prol do funcionamento da biblioteca e em um ano de duração, o curso formou por volta de vinte e três pessoas que acabaram sendo contratadas por parte do Estado. Francisca Buarque de Almeida foi nomeada a primeira diretora da Biblioteca Pública do Paraná, no ano de 1954.

Apesar de ser um modelo, a biblioteca passou por problemas, devido ao depreciação de seu prédio e a insuficiência de seu espaço físico para funções novas. Em 1993 foi autorizada a reforma geral da biblioteca, com a troca das instalações elétricas e hidráulicas, a restauração do sistema preventivo de incêndio, aumento do espaço físico e sua informatização. Depois de nove meses fechada para a realização desta reforma, a biblioteca retornou suas atividades em 26 de setembro de 1994, e teve seu prédio tombado, como Patrimônio Cultural, em 18 de dezembro de 2003.

A Biblioteca Pública do Paraná é uma das maiores e mais importantes bibliotecas públicas do país e seus serviços são fundamentados na igualdade de acesso para todos, atentando para as faixas etárias de seu público e oferecendo produtos apropriados às suas necessidades na promoção do acesso à leitura. O seu acervo tem por volta de 630 mil livros, além de periódicos, fotografias, mapas, cartazes, materiais de multimeios e multimídia. Atende em média três mil usuários por dia e realiza cerca de 1,5 mil empréstimos diários, o que a torna uma das bibliotecas mais frequentadas do Brasil. Proporciona atendimento especial para crianças, deficientes visuais, exibição de filmes, exposições de artes, encontros de poesia, contação de histórias, oficinas de criação literária e bate papo com escritores.

## 7. Biblioteca Parque Estadual – Rio de Janeiro



Figura 7: Biblioteca Parque Estadual

Fonte: <http://download.rj.gov.br/imagens/20/14/41/2014414.jpg>

Fundada em 15 de março de 1873, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro foi concebida a partir da proposição que o então presidente da Câmara Municipal, Antonio Barros Pereira, apresentou à Casa. A inauguração da biblioteca se deu no dia 2 de dezembro de 1874, no anexo do Arquivo da Câmara Municipal, e localiza-se na Avenida Presidente Vargas, 1.261, Centro, Rio de Janeiro.

No decorrer do seu funcionamento, a biblioteca teve vários endereços até ocupar sua localização atual, desde 1943, na Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1984, houve um incêndio que destruiu parte do prédio e do acervo da biblioteca e após esse acidente, um novo edifício foi inaugurado em 12 de março de 1987. O foco de seus serviços está voltado para o atendimento rápido e eficiente do usuário, através do Banco de Informações Públicas e o Setor de Vídeo.

A biblioteca teve, inicialmente, nome de Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, porém em 1891, recebeu a nova designação de Biblioteca Municipal do Distrito Federal. Com a inauguração de Brasília, em 1960, atual capital do Brasil, seu nome passou a ser

Biblioteca Estadual da Guanabara, sendo assim chamada até a junção do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, no ano de 1975. A partir dessa junção, tornou-se Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro. Nos anos 90, era reconhecida de duas maneiras, uma como Biblioteca Estadual Celso Kelly, e a outra como Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro – nome que veio a receber com a inauguração do novo prédio, em 1987.

A biblioteca foi fechada para obras em outubro de 2008, como parte da proposta estadual de modernização, ampliação, desenvolvimento qualitativo e informático das bibliotecas públicas. Teve seu acervo modernizado e serviços melhorados e ampliados. Foi reinaugurada em 29 de março de 2014, com o atual nome, Biblioteca Parque Estadual, tornando-se uma das mais importantes instituições culturais do Brasil, e passou a ser também a matriz da rede de Bibliotecas Parque, projeto que o governo do Rio de Janeiro está implementando e que conta com a Biblioteca Parque de Manguinhos, a Biblioteca Pública de Niterói e a Biblioteca Parque da Rocinha.

A biblioteca oferece um amplo e agradável espaço para seus usuários, e propicia o acesso à informação por meio de livros, vídeos, música, peças de teatro e artes, além de oferecer ações voltadas à leitura. Possui espaço de 15 mil metros quadrados, acervo de mais de 250 mil itens, 20 mil filmes, biblioteca infantil, teatro, auditório, estúdio de som, salas multiusos, cafeteria, restaurante, jardim suspenso, pátio e bicicletário. Oferece atendimento especializado para leitores que têm necessidades especiais, além de acervo e equipamentos especiais.

## 8. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul



Figura 8: Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: <http://www.cazadoresdebibliotecas.com/2014/03/biblioteca-publica-do-estado-do-rio.html>

Sua história remonta ao período de Dom Pedro II, quando, em 30 de março de 1871, o então deputado João Pereira da Silva Borges Fortes Filho, propõe à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, projeto de lei solicitando a fundação de uma biblioteca oficial. Aprovado o projeto, este se converte na Lei n. 724, de 14 de abril de 1871 e foi sancionado por Francisco Xavier Pinto de Lima, presidente da província na época. Foi aberta ao público em 21 de janeiro de 1877, com um acervo de 3.566 volumes, tendo como diretor, Dr. Fausto de Freitas e Castro. Em 1906, a biblioteca foi anexada ao Arquivo Público, e Vitor Silva, seu novo diretor, propiciou características novas para a entidade, instituindo a Classificação Decimal Universal na organização do material bibliográfico e normas técnicas para os catálogos.

Por recomendação de Vitor Silva, o prédio da biblioteca foi construído por engenheiros do estado, tendo estilo neoclássico na fachada, estilo Império na sala de leitura, e diversos estilos, como o rococó, egípcio, gótico e florentino nas outras

dependências da biblioteca. A inauguração do prédio foi em 7 de setembro de 1922. Localiza-se na Rua dos Andradas, 736, Centro, Porto Alegre.

No ano de 1986 a biblioteca teve seu prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, IPHAE, e no ano de 2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Em 1996 deu-se início ao trabalho de informatização do processamento técnico, e instituído o Setor de Mídias, onde os usuários podem ter acesso livre à internet, e-mail, vídeos e CD-ROM. Para as pessoas com deficiência visual, a biblioteca disponibiliza um Setor Braille. Oferece uma agenda cultural no período de março a dezembro, em cooperação com a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública. Visitas guiadas podem ser feitas através de agendamento e projetos novos visam a recuperar o acervo da biblioteca, modernizar o Setor Braille, preservação das obras raras e valiosas.

## 9. Biblioteca Estadual Escritor Pio Vargas – Goiás



Figura 9: Biblioteca Estadual Escritor Pio Vargas

Fonte: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/imprimir.asp?s=2&tt=con&cd=1693>

Fundada por meio da Lei n. 6.623 de 28 de junho de 1967, a Biblioteca Estadual Pio Vargas localiza-se no Centro Cultural Marieta Telles Machado, Praça Cívica, número 2, Centro, Goiânia, Goiás. É um dos locais mais frequentados, no âmbito da Secretaria do Estado de Educação, Cultura e Esporte – Seduce. Após um período funcionando no edifício Parthenon Center, foi estabelecida, em 1989, no Centro Cultural Marieta Telles, onde permanece atualmente. Originalmente, seu acervo contava com 2.800 livros e teve seu atual nome instituído em 22 de abril de 1991. Hoje, conta com um acervo de mais de 70 mil títulos, entre mapas, atlas, revistas e jornais.

A biblioteca realiza um trabalho sociocultural significativo ao levar para as escolas municipais, asilos e creches, livros, dando oportunidade para as pessoas que não possuem acesso à leitura. Ao ofertar seus serviços e disponibilizar seu acervo para a

comunidade, a biblioteca atua como centro de informação e cultura, para que se crie nas pessoas o hábito da leitura. Oferece treinamento gratuito de funcionários para atuarem em bibliotecas e trabalha com o projeto Biblioteca Ambulante, elaborado em maio de 1998, que leva para as escolas da periferia de Goiânia, asilos e creches, aproximadamente duzentos livros infantis para que as pessoas tenham contato com a leitura. Outro programa proporcionado pela biblioteca é a Biblioteca no Interior e na Capital, em que livros são doados às escolas públicas mais carentes para que estas criem suas próprias bibliotecas.



## 10. Biblioteca Pública Estadual Estevão Mendonça – Mato Grosso



Figura 10: Biblioteca Pública Estadual Estevão Mendonça

Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/07/biblioteca-publica-de-cuiaba-faz-campanha-para-arrecadacao-de-livros.html>

Estabelecida em 26 de março de 1912, a Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso está sob a subordinação da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso e é a maior biblioteca pública do estado. Situa-se na rua Antonio Maria, 151, Palácio da Instrução, Centro Norte, Cuiabá, Mato Grosso. Possui um grande espaço para leitura, auditório, telecentro, sala de digitalização e está informatizada, modernizada, climatizada, sinalizada e seu acervo conta com mais de 100 mil volumes em várias áreas do conhecimento. A biblioteca é segmentada em salas temáticas, dentre as quais situam-se: a Sala Mato Grosso, que oferece coleções para quem tem interesse regional, e onde há obras publicadas por autores mato-grossenses; Sala de Obras Raras, onde estão as obras mais frágeis e de grande valor histórico; Sala Afro-Brasileira com temas

ligados a cultura negra; Sala Indígena, onde o foco é a cultura étnica nativa do estado do Mato Grosso; Sala Braille, com material para as pessoas com deficiência visual; Sala de Literatura Infantil, onde o foco é incentivar o hábito da leitura nos mais jovens; Sala de Periódico, onde revistas e obras de referências podem ser acessados; Sala de Literatura com obras literárias; Sala Acervo Videoteca que possui um acervo de multimídia para pesquisa, e Sala Acervo Geral, onde há obras de várias áreas.

O tratamento técnico do acervo da biblioteca foi começado em junho de 2012 e os principais serviços que ela oferece para seus usuários são serviços de atendimento ao leitor, em que o leitor pode ter um atendimento personalizado, serviços de visitas guiadas, serviço de orientação e auxílio às pesquisas, serviço de permuta de livros, em que os usuários podem trocar livros por outros, nas estantes de troca-a-troca, serviço de inclusão digital, onde a comunidade pode utilizar internet gratuita e fazer cursos também gratuitos. A biblioteca também oferece contação de histórias infantis, curso de Braille e sorobã (sorobã ou ábaco japonês, é um instrumento que surgiu na China, há quatro séculos, e é utilizado por pessoas com deficiência visual para realizar cálculos matemáticos), curso de Libras – língua Brasileira de Sinais – e curso para auxiliar de biblioteca. A Biblioteca Pública Estadual Estevão Mendonça é mais uma importante instituição pública para que a informação e a leitura sejam promovidas e as pessoas possam usufruir de momentos de lazer e desenvolverem o seu conhecimento.

## 6 Descrição e análise de dados

A coleta de dados foi feita através da identificação do número total de bibliotecas públicas no Brasil e da seleção aleatória de um grupo de 10 bibliotecas brasileiras que correspondessem ao conceito de biblioteca pública. Para realizar este levantamento, foram efetuadas consultas aos sites do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), sites de busca, exploração de portais institucionais – como o do Ministério da Educação – e os sites das bibliotecas selecionadas. De acordo com a metodologia adotada, para a descrição e análise amostral, além de eleger-se um número de 10 bibliotecas, escolhidas aleatoriamente, compreendendo bibliotecas de norte a sul do Brasil, adotou-se os seguintes critérios: periodização, contextualização e características específicas das bibliotecas públicas.

As bibliotecas selecionadas para fazer parte do dado amostral se enquadram no conceito de biblioteca pública e cumprem com o seu papel de propagadoras da informação, apesar dos problemas que enfrentaram. As bibliotecas apresentadas são: Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Pública Benedito Leite, Biblioteca Nacional de Brasília, Biblioteca Pública do Amazonas, Biblioteca Pública do Paraná, Biblioteca Pública Parque Estadual, Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Estadual Escritor Pio Vargas e Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça. Essas bibliotecas estão localizadas nos estados de São Paulo, Maranhão, Distrito Federal, Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso.

Para coletar informações a respeito das bibliotecas selecionadas, pesquisou-se em sites de busca pelos portais institucionais das mesmas, e constatou-se que das dez instituições, oito possuem sites com informações mais detalhadas sobre sua localização, histórico, atividades que realizam, serviços, projetos, informações sobre o acervo e os locais disponíveis para pesquisa e estudo, programação cultural, como chegar à biblioteca e como entrar em contato com a biblioteca, seja por e-mail ou por telefone. Apenas duas, a Biblioteca Estadual Escrito Pio Vargas, do estado de Goiás, e a Biblioteca Pública do Amazonas, não tinham um site com informações mais detalhadas acerca dos serviços que realizam, notícias sobre as atividades da biblioteca, acervo e outros. Encontrou-se apenas informações acerca de sua história, contatos telefônico e

horário de funcionamento. Uma curiosidade é que nenhum dos portais institucionais das bibliotecas apresenta estatísticas detalhadas de uso, empréstimos, assuntos mais procurados, número de frequentadores, dentre outros dados. Apenas a Biblioteca Pública do Paraná, apresenta em seu histórico dados gerais sobre a quantidade de visitantes e empréstimos que realiza.

As bibliotecas que apresentam melhor organização e equipamento são: a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca de São Paulo, a Biblioteca Pública do Paraná e a Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro. Elas também possuem uma agenda cultural ativa, sendo importantes locais para o lazer e troca de conhecimento. Todas as bibliotecas possuem um acervo que contempla várias áreas do conhecimento (como literatura, filosofia, história, geografia, dentre outros), mapas, revistas, fitas cassete, dvds, cds, material de referência e gibis. Somente a Biblioteca Mário de Andrade e a Biblioteca de São Paulo, divulgam em seus sites novas aquisições. Possuem acervos de obras raras: a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca Pública Benedito Leite, a Biblioteca Pública do Amazonas, a Biblioteca Pública do Paraná, a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e a Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça.

Para melhorar a obtenção de informação a respeito das bibliotecas que não apresentam um site completo e com mais descrições de suas atividades, espaço físico e acervo, sugere-se a realização de novos estudos, de modo que o usuário possa ter conhecimento do que a biblioteca oferece e chamar a atenção para que as pessoas comecem a frequentá-la mais. Um ponto importante é que todas as bibliotecas apresentem em seus sites estatísticas detalhadas e atualizadas de uso, empréstimos, visitas a exposições, quantidade de usuários/dia, assuntos mais procurados, e um importante detalhe, que poderia fazer a diferença para os usuários, seria a ampliação do horário de funcionamento, principalmente nos fins de semana, uma vez que isso possibilitaria aos usuários frequentarem mais as bibliotecas, principalmente fora do horário de trabalho.

Ao estudar-se a história da biblioteca pública no Brasil, percebe-se o quanto ela é essencial, e ao conhecer sua trajetória ao longo dos séculos, é possível notar que ainda há muito a fazer. Os principais dados do primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010, apontam para a situação complicada que a

maioria das bibliotecas públicas brasileiras vive e, portanto, que uma providência precisa ser tomada.

Como já citado, as bibliotecas apresentadas cumprem com o seu papel de fomentadoras da informação, mas ainda é preciso fazer mais para que seu trabalho seja pleno e alcance uma maior parcela da sociedade, que precisa mudar o conceito pouco favorável que se criou em relação às bibliotecas. Elas são extremamente importantes para o desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente da comunidade.

## 7 Considerações Finais

A informação contribui para o desenvolvimento do conhecimento e traz grandes benefícios para a formação do pensamento, das ações, comportamentos e atitudes das pessoas. Para que tenhamos indivíduos mais autônomos e conscientes do seu papel na sociedade – sabendo tanto das suas obrigações como dos seus direitos – ter acesso à informação é fundamental, pois é através dela que o conhecimento é formado, contribuindo para a construção do ser humano. Nesse contexto, as unidades de informação são importantes entidades para a guarda, preservação, disseminação e acesso da informação, memória e cultura de um país.

A elaboração deste trabalho teve como objetivo realizar um estudo acerca da biblioteca pública no Brasil, através de pesquisa bibliográfica, análise documental e exploração de portais institucionais das bibliotecas selecionadas. Descreveu-se a trajetória histórica dessas importantes entidades brasileiras, seus principais problemas, sua evolução e a atual situação em que a maioria se encontra. Abordou-se os principais resultados do Primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010, e a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada em 2012. Embora seja possível concluir que algumas bibliotecas se tornaram importantes centros de acesso a informação, cultura e lazer, estas infelizmente, ainda são minoria em relação as demais bibliotecas públicas de acordo com os dados do Censo de 2010 e da pesquisa sobre a leitura no Brasil.

O primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, apontou, na grande maioria das bibliotecas pesquisadas, problemas em relação à formação do acervo, o horário de funcionamento, grande parte não funciona nos fins de semana, carência de atividades culturais, não possuem acesso à internet, não possuem oficinas ou atividades de extensão e grande parte dos frequentadores das bibliotecas só as frequentam para realizar pesquisas escolares. Já a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, mostrou que a maioria das pessoas simplesmente não vão para a biblioteca e, para os entrevistados, ela é apenas um local para estudar ou pesquisar.

Os objetivos deste trabalho foram atingidos a partir dos estudos realizados, mostrando a importância da biblioteca pública para a nossa sociedade e que seu êxito

depende de investimentos de cunho estrutural, de capital humano, cultural e de políticas públicas.

Apesar do Brasil possuir boas bibliotecas públicas, como a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca de São Paulo, a Biblioteca Pública do Paraná e a Biblioteca Parque Estadual, que possuem atividades culturais, oficinas, acesso a internet, acervo diversificado e cuidado, elas são exceção frente a grande maioria das bibliotecas públicas brasileiras que passam por sérios problemas e não cumprem com a sua função social e institucional.

Trabalhar em prol da melhoria das bibliotecas públicas torna-se uma necessidade, uma vez que os problemas já foram diagnosticados. É preciso que profissionais qualificados estejam à frente do gerenciamento e desenvolvimento das bibliotecas, para que seja desconstruída na sociedade a visão que a grande maioria das pessoas possui, de que a biblioteca é um local apenas para se guardar livros e realizar pesquisas.

A biblioteca é muito mais que isso, ela é propulsora da cultura e do desenvolvimento da sociedade como um todo, mas para exercer um papel tão fundamental frente à população, é preciso que haja um trabalho coletivo e contínuo para que dê os resultados esperados. As pessoas precisam ter consciência que a biblioteca pública é um bem comum, um órgão democrático, onde todos podem usufruir dos seus serviços e do seu espaço. Juntamente com a escola e a família, a biblioteca é essencial para que os indivíduos tenham sua formação plena e conseqüentemente, para construir uma sociedade mais justa, coletiva e ética, onde problemas sociais graves, como a violência e a desigualdade não devem ser parte do cotidiano das pessoas.

## 8 Referências

AMAZONAS (Estado). **Biblioteca pública do Amazonas**. Disponível em: <<http://www.cultura.am.gov.br/biblioteca-publica-publica-do-amazonas/>>. Acesso em 10 set. 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 174 p. il.

BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA. **História da BNB**. Disponível em: <<http://www.bnb.df.gov.br/index.php/conheca-a-bnb/historia-da-bnb>>. Acesso em 10 set. 2015.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/index.php?page=historico>>. Acesso em 10 set. 2015.

BIBLIOTECÁRIOS SEM FRONTEIRAS. **Biblioteca de São Paulo: Carandiru**. Disponível em: <<http://bsf.org.br/2010/02/07/biblioteca-de-sao-paulo-carandiru/>>. Acesso em 10 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Telecentros**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/telecentros>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **A biblioteca pública: administração, organização, serviços**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. 121 p. il.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Processos Técnicos, 2000. 160 p. Il. (Documentos Técnicos, 6).

GOIÁS (Estado). Superintendência Executiva de Cultura. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. **Biblioteca estadual Pio Vargas**. Disponível em:



<<http://www.secult.go.gov.br/post/ver/139299/biblioteca-estadual-pio-vargas>>. Acesso em 11 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais municipais:** 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores\\_sociais\\_municipais/ta\\_bela1a.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/ta_bela1a.shtm)>. Acesso em 26 ago. 2015.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** : política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica:** como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá Editora, 2004.

MATO GROSSO (Estado). Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça. **A biblioteca.** Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.mt.gov.br/a-biblioteca>>. Acesso em 11 set. 2015.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos, 94).

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** 2. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2006.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Cultura. Biblioteca pública do Paraná. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em 10 set. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Cultura. Biblioteca Parque Estadual. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/biblioteca-parque-estadual-bpe>>. Acesso em 11 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Cultura. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. **Histórico da biblioteca pública.** Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br/>> Acesso em 11 set. 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. **História da Biblioteca Mário de Andrade**. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/historico/index.php?p=7653> Acesso em 10 set. 2015.

SILVA, Vanessa Barbosa da. **Biblioteca pública brasileira: panorama, perspectivas e a situação do Distrito Federal**. Brasília, DF: 2013.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Dados das bibliotecas públicas no Brasil**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em 06 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mais bibliotecas públicas**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/projetos/maisbibliotecaspublicas/>>. Acesso em 28 ago. 2015.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA; Brasília: INL, 1980.